

TANIA MARGARITA MACKENZIE TORRES

**ANÁLISE DE PRÁTICAS DE MICROCRÉDITO:
ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS CREDIMUR NO BRASIL E
COOPSOCIAL NA COLÔMBIA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Administração, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

M156a
2008

Mackenzie Torres, Tania Margarita, 1973-
Análise de práticas de microcrédito: estudo comparativo
dos casos Credimur no Brasil e Coopsocial na Colômbia
/ Tania Margarita Mackenzie Torres. – Viçosa, MG, 2008.
xiv, 93f.: il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Adriel Rodrigues de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 80-86.

1. Cooperativas de crédito. 2. Microfinanças - Brasil.
3. Microfinanças - Colômbia. I. Universidade Federal de
Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 334.2

TANIA MARGARITA MACKENZIE TORRES

**ANÁLISE DE PRÁTICAS DE MICROCRÉDITO:
ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS CREDIMUR NO BRASIL E
COOPSOCIAL NA COLOMBIA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Administração,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADA: 08 de maio de 2008.

Prof^a. Suely de Fátima Ramos Silveira
(Co-Orientador)

Prof. Marco Aurélio M. Ferreira
(Co-Orientador)

Prof. Ricardo Carneiro

Prof. Brício dos Santos Reis

Prof. Adriel Rodrigues de Oliveira
(Orientador)

Ao meu filho e ao meu esposo, razões de minha vida.
Aos meus pais e aos meus irmãos, pelo apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por me abençoar e me dar fortaleza e tranqüilidade nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo, companheiro inseparável e amigo, incentivador, mostrando-me sempre os caminhos para seguir adiante.

Ao meu filho, pela companhia, que é o meu incentivo para a superação.

Aos meus pais, por me apoiarem e confiarem sempre em minha capacidade para chegar longe.

Aos meus irmãos, pelo apoio incondicional.

Aos meus sogros e cunhados, por acreditaram sempre em mim.

Aos meus amigos de mestrado Simone Martins, Juliana Borges, Jânia Zancanella e Ney Paulo, pelos ensinamentos e conselhos nos momentos oportunos que me ajudaram a realizar este trabalho.

Em especial à minha amiga e companheira Simone Martins, pessoa que me acolheu desde a minha chegada a Viçosa, pela sua ajuda e compreensão nos momentos difíceis.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Administração, pela oportunidade de cursar o mestrado.

Ao Professor Joaquim Patarroyo, pelos conselhos e pelo apoio incondicional.

Ao Professor Ricardo Corrêa Gomes, por ter confiado em mim para cursar o mestrado.

Aos funcionários do Departamento de Administração Luiza A.A. Ladeira, Soraya Machado Fontes, Marcelo Antônio Lopes e Paulo Sergio Gregório, pela ajuda nas atividades operacionais.

Aos Professores Adriel Rodrigues de Oliveira, Marco Aurélio Marques Ferreira e Suely de Fátima Ramos Silveira, meus orientadores, amigos e conselheiros, pela ajuda em todo o momento e pelas sugestões, que foram necessárias para a culminação do trabalho.

Ao professor Ricardo Carneiro, pelas valiosas contribuições.

À cooperativa CREDIMUR, por ter disponibilizado a empresa para a realização desta pesquisa.

À cooperativa COOPSOCIAL, por ter-se mostrado muito interessada no trabalho e pelo apoio incondicional na realização deste trabalho.

Enfim, a todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta dissertação.

BIOGRAFIA

TANIA MARGARITA MACKENZIE TORRES, filha de Roberto Mackenzie Torres e Ana Raquel Torres de Mackenzie, nasceu em 1º de setembro de 1973, em Cartagena de Índias, Bolívar, Colômbia.

Em 1998, iniciou o Curso de Administração da Fundação Universitária Luis Amigo, sede Manizales (Caldas), Colômbia, concluindo-o em dezembro de 2002.

Em maio de 2006, ingressou no Programa de Pós-graduação, em nível de Mestrado, em Administração da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, Brasil, atuando na linha de pesquisa “Organizações, Gestão e Políticas Públicas”, submetendo-se à defesa da dissertação em maio de 2008.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	VIII
LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE GRÁFICOS.....	XII
RESUMO	XIII
ABSTRACT	XIV
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O problema e sua importância.....	6
1.2. Objetivos.....	7
1.2.1. Objetivo geral	7
1.2.2. Objetivos específicos.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. Crédito	8
2.2. Microfinanças.....	9
2.2.1. Microcrédito	9
2.3. Cooperativismo.....	11
2.3.1. Evolução do cooperativismo.....	11
2.3.2. Doutrina cooperativista.....	13
2.3.3. Cooperativas de crédito.....	15
3. METODOLOGIA.....	19
3.1. Abordagem	19
3.2. Delineamento da pesquisa	19
3.2.1. Unidade de análise.....	20
3.2.2. Plano amostral.....	21
3.2.3. Coleta dos dados.....	22
3.2.4. Análise e tratamento dos dados	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1. Aspectos normativos do crédito.....	27
4.1.1. Sistema financeiro no Brasil	27
4.1.2. Sistema financeiro na Colômbia.....	35
4.2. Microcrédito	43

4.2.2. Microcrédito no Brasil	44
4.2.3. Microcrédito na Colômbia	51
4.3. Caracterizações das cooperativas estudadas	54
4.3.1. Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé Ltda. – CREDIMUR	54
4.3.2. Cooperativa de Poupança e Crédito – COOPSOCIAL	58
4.3.3. Fatores convergentes e divergentes entre as cooperativas estudadas	60
4.4. Caracterização dos negócios dos associados	62
4.4.1. Fatores comuns	63
4.4.2. Fatores divergentes	65
4.4.3. Análise das variáveis dos negócios dos associados às cooperativas	70
4.4.4. Relação entre variáveis	71
4.5. Contribuições do microcrédito na percepção dos associados	73
4.6. Contribuições do microcrédito na percepção dos gestores	74
5. CONCLUSÕES.....	78
6. REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	88
APÊNDICE A – ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS	89
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS..	91

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional
ADS – Agência do Desenvolvimento Solidário
AFP – Administradoras de Fondo de Pensiones
BACEN – Banco Central
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil
BANSICREDI – Banco Cooperativo do Sistema de Crédito Cooperativo S.A.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDATs – Depósitos de Ahorro a término
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CMN – Conselho Monetário Nacional
CONFECOOP – Confederación Nacional de Cooperativas
COOPSOCIAL – Cooperativa de Ahorro y Crédito Coopsocial
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CREDIMUR – Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé Ltda.
DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DNP – Departamento Nacional de Planeación
ECOSOL – Economía e Crédito Solidário
EOSF – Estatuto Orgânico do Sistema Financeiro
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FINAGRO – Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario
FOGAFIN – Fondo de Garantías de las Instituciones Financieras
IAF – Inter-American Foundation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social
IMFs – Instituciones Microfinancieras
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEMG – Organização das Cooperativas de Minas Gerais
OCEs – Organização das Cooperativas Estaduais
ONGs – Organizações Não-Governamentais
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PACs – Postos de Atendimento Cooperativo

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PYMES – Pequenas e Medianas Empresas
SMLV – Salários Mínimos Legais Vigentes
SCMs – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SPSS – Statistical Package for Social Sciences
UNIANDES – Universidad de los Andes
UVR – Unidade de Valor Real

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de taxa de juros dos países.....	25
Tabela 2 – Fatores convergentes e divergentes entre as cooperativas estudadas.....	60
Tabela 3 – Fatores comuns às cooperativas e aos negócios dos seus associados.....	63
Tabela 4 – Fatores divergentes das cooperativas e dos negócios dos seus associados.....	67
Tabela 5 – Análises pelo Teste T.....	71
Tabela 6 – Análises Cruzadas e Qui-Quadrado.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema Financeiro no Brasil.....	28
Figura 2 – Sistema Financeiro na Colômbia.....	35
Figura 3 – Mapa de Muriaé, Minas Gerais, Brasil.....	53
Figura 4 – Mapa de Manizales, Caldas, Colômbia.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de existência dos pequenos negócios.....	70
Gráfico 2 – Contribuição no desenvolvimento dos negócios.....	74

RESUMO

MACKENZIE TORRES, Tania Margarita, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2008. **Análise de práticas de microcrédito: estudo comparativo dos casos Credimur no Brasil e Coopsocial na Colômbia** Orientador: Adriel Rodrigues de Oliveira. Co-Orientadores: Suely de Fátima Ramos Silveira e Marco Aurélio Marques Ferreira.

Esta pesquisa teve por objetivo comparar as práticas de microcrédito no Brasil e na Colômbia, especificamente os casos das cooperativas de crédito CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCIAL (Colômbia), tendo como propósito identificar os pontos convergentes e divergentes entre elas, bem como identificar as contribuições que tais práticas proporcionaram aos seus associados, na percepção dos gestores e associados de ambas as cooperativas. O referencial teórico foi embasado nos temas microfinanças, microcrédito, cooperativismo e cooperativismo de crédito. A metodologia empregada foi a abordagem qualitativa e quantitativa, em que os instrumentos utilizados foram entrevista e questionário, aplicados aos gestores e associados das duas cooperativas, o que possibilitou as análises de conteúdo e estatística dos dados. O estudo apontou que o microcrédito oferecido pelas cooperativas apresenta aspectos comuns e divergentes entre elas, os quais estão representados por características particulares de cada país, e que a contribuição proporcionada aos seus associados foram a geração de renda e emprego, a manutenção e criação de novos negócios e a melhoria da qualidade de vida dos associados.

ABSTRACT

MACKENZIE TORRES, Tania Margarita, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, May 2008. **Analysis the practices of micro credits: Study comparative of the cases Credimur in Brazil and Coopsocial in Colombia.** Adviser: Adriel Rodrigues de Oliveira. Co-Advisers: Suely de Fátima Ramos Silveira and Marco Aurélio Marques Ferreira.

The research had as objective to compare the practices of micro credit in Brazil and in Colombia, specifically the cases of the credits cooperative CREDIMUR (Brazil) and COOPSOCIAL (Colombia), and had the objective to identify the convergent and divergent points between both cooperatives, to identify the contributions that these practices had for the joined of this micro credits associations in the perception of this manager and for the joined. The theoretical referential is based in the subjects micro finances, micro credit, credit cooperative. Were used as methodology the qualitative and quantitative approach were the instruments used were interview and questionnaire that were applied to managers and joined of the both cooperatives. Though it was possible the analyze of the content and the statistic of the data. The study pointed that the micro credit offered for the cooperatives show common aspects between they that are showed for particular characteristics of each country. The contribution for the joined of this cooperatives make emphasis in the income and job, in the maintenance and generation of news business in the improvement of the joined life quality.

1. INTRODUÇÃO

Tem-se observado nos últimos anos, no mundo todo, uma crescente redução nos postos de trabalho de mão-de-obra assalariada, bem como índices crescentes de desemprego, o que tem conduzido os trabalhadores à busca de alternativas que lhes assegurem a manutenção de condições dignas de vida. Isso leva a um aumento no número de empreendedores com pequenos negócios, tanto formais quanto informais, e que buscam ações individuais e de grupos para solucionar problemas de ordem econômica e social, o que resulta no surgimento do cooperativismo¹.

O setor cooperativista, segundo Alves e Duarte (2007), é de importância para a sociedade, à medida que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. De igual forma, por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, sendo de importância para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

O cooperativismo, como instrumento de melhoria econômica e social, potencializa suas ações objetivando interagir seus princípios em função de duas dimensões: a ação individual e a ação do grupo. Partindo de interesse individual em solucionar os problemas de ordens econômica e social, o indivíduo conclui que se unindo a outros poderá alcançar resultados positivos. Dessa forma, os interesses particulares devem ser subordinados aos interesses do grupo. Ainda assim, a cooperativa tem sido um instrumento de desenvolvimento, de valorização e de integração dos indivíduos, em todos os segmentos em que atua.

O cooperativismo de crédito, por sua vez, nasceu da necessidade de viabilizar condições de sobrevivência para uma classe de pessoas menos

¹ O cooperativismo é definido por Pinho (1977) como doutrina (princípios) que tem por objetivo a solução de problemas econômicos e sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, em que os indivíduos participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e crédito.

favorecidas, que sofria as conseqüências da usura, prática essa tolerada no século XIX. Atualmente, esse segmento cooperativo tem importância significativa em diversos países desenvolvidos, como França, Estados Unidos da América, Japão, Espanha, Alemanha e Canadá.

No Brasil, as cooperativas de crédito são destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos² dos seus cooperados, visando auxiliar seus cooperados, sem a avidez pelo lucro, comum nas instituições financeiras convencionais, sob a supervisão do Banco Central. Atua no crédito rural e urbano.

Assim como os demais agentes financeiros, as cooperativas de crédito atuam também na intermediação financeira de recursos, ou seja, captando recursos de quem tem disponibilidade e emprestando-os a quem deles precisa.

A cooperativa de crédito veio merecer maior atenção do governo federal, com o objetivo de democratizar acesso a linhas de crédito. A Resolução 3.058, em 20 de dezembro de 2002, foi a primeira Resolução do Conselho Monetário Nacional³ (CMN), permitindo a constituição de cooperativa de crédito por pequenos empresários, microempresários ou microempreendedor, sem observar se é urbana ou rural. Em seguida, a Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003, permitiu a constituição de cooperativa de livre admissão, revogando a Resolução 2.771, que impedia a criação do modelo Luzzatti⁴.

Posteriormente, com a edição da Resolução 3.140, em 27 de novembro de 2003, permitiu-se a criação de cooperativas de empresários. A Resolução 3.321, de 30 de setembro de 2005, que redefiniu regras para constituição, autorização e cancelamento de funcionamento de cooperativas de crédito. A mais recente Resolução 3.442, de 28 de fevereiro de 2007, efetuou alterações de regras de funcionamento das cooperativas, como repasses para os bancos cooperativos; auditorias independentes; ampliação do raio geográfico de ação das de livre admissão até 2 milhões de

² Pequenos negócios (que empregam até 5 pessoas).

³ O Conselho Monetário Nacional é o órgão normativo, responsável pela fixação das políticas monetária, creditícia e cambial do país. Foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

⁴ Aquelas com área de ação não definida e que atualmente não podem ser mais constituídas pela Resolução 2.771, do Conselho Monetário Nacional.

habitantes. Trata-se de um dos ramos de cooperativas mais bem organizadas no Brasil.

No Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em 2007, as cooperativas de crédito no país ascende a 1.148, e no Estado de Minas Gerais têm-se registrado 241 cooperativas de crédito, sendo esse o Estado com maior número de cooperativas de crédito.

De acordo com o Censo de 2005 realizado pelo Sindicato e pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais (Ocemg/Sescoop-MG), a região metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, continua sendo a que abrigam o maior número de cooperativas de crédito, 40 em sua totalidade, sendo esse o ramo de maior concentração dentro do Estado.

Nas cooperativas de crédito, entre as suas linhas de crédito oferecidas a seus associados encontram-se o microcrédito como uma alternativa para os empreendimentos dos associados, não contemplados no mercado formal do crédito, por não apresentar garantias reais e cujos negócios são de um tamanho que está aquém do exigido pelos bancos tradicionais (ROSA, 1998).

Existem outras instituições, além das cooperativas de crédito, que ofertam microcrédito, e, de acordo com a pesquisa de Alves e Duarte (2007), em dezembro de 2006 existiam aproximadamente 220 dessas instituições, entre elas: Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCMs, Organizações Não-Governamentais – ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, fundos públicos, cooperativas de crédito, bancos privados e recursos direcionados⁵, que atendiam a cerca de um milhão de clientes ativos, apenas 9% da demanda (aproximadamente US\$559 milhões de dólares). Em uma demonstração do processo evolutivo do microcrédito no país, é importante assinalar que, no ano anterior, essa relação era de apenas 2,3%.

O microcrédito é definido por Kuhn (2004) como um meio de acesso a pequenos valores monetários de forma desburocratizada, enquanto para

⁵ 2% dos depósitos à vista captados por várias instituições financeiras, exceto cooperativas de crédito, aplicados nos termos da Lei 10.735, de 2003.

Néri e Medrano (2005) são empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda. Assim, o microcrédito neste trabalho não se restringe apenas a um tipo de crédito que atende a pessoas de baixa renda, mas sim como uma forma que a população tem de acesso ao crédito mais facilmente e sem burocracia, direcionado a pessoas que possuem um empreendimento.

Na Colômbia, as cooperativas que exercem atividade financeira assumem, segundo dados da Confederação de Cooperativas da Colômbia – CONFECOP, um total de 209 entidades, em que 203 são Supervisionadas pela Superintendência da Economia Solidária⁶ e seis supervisionadas pela Superintendência Financeira.⁷

Entendem-se como atividade financeira, segundo o artigo 30 da Lei 454, de 1998, a captação de depósitos, à vista e a termo, de associados ou de terceiros para colocação novamente através de empréstimos, descontos, adiantamentos ou outras operações ativas de crédito e, em geral, o aproveitamento ou inversão dos recursos captados dos associados ou de terceiros.

A carteira de créditos do setor cooperativo com atividade financeira em setembro de 2007, de acordo com a Confederação de Cooperativas da Colômbia – CONFECOOP, atinge US\$ 2,8 milhões de dólares, com um crescimento anual de 21,3%, e no decorrer do ano o crescimento dessa variável tem sido de 13,91%, ratificando uma tendência constante e crescente observado nos últimos anos.

A carteira do microcrédito, em setembro de 2007, apresentou um crescimento anual de 87,57%. É importante ressaltar que essa carteira vem ganhando espaço, devido às iniciativas próprias das cooperativas no aspecto do crédito, somado à política do governo denominada banca das oportunidades⁸ e a outras iniciativas dirigidas pela CONFECOOP.

⁶ A Superintendência da Economia Solidária foi criada por meio da Lei 454, de 1998, com o objetivo de supervisionar a atividade financeira do cooperativismo e sob os serviços de poupança e crédito dos fundos de empregados e associações mútuas.

⁷ Supervisa o sistema financeiro colombiano com o objetivo de preservar sua estabilidade, seguridade e confiança, assim como promover, organizar e desenvolver o mercado de valores colombiano e a proteção dos investidores, poupadores e assegurados.

⁸ A banca das oportunidades é uma estratégia de política do governo nacional, direcionada a lograr o acesso a serviços financeiros para a população de baixos ingressos, com o objetivo de diminuir a pobreza, promover a igualdade social e estimular o desenvolvimento econômico colombiano.

O microcrédito empresarial outorgado pelo setor cooperativo, em 2007, alcança os US\$ 79 milhões de dólares, com um volume de operações de 54.413 créditos e média de empréstimo de US\$ 1.467 dólares. Sob o total do microcrédito do setor financeiro tradicional, o outorgado pelas cooperativas representa 8,32% assim, o setor cooperativo financeiro conta com 1.194.096 créditos e um crédito na média de US\$ 2.334 dólares.

A consolidação do setor cooperativo na Colômbia, em matéria financeira, oferece possibilidade à população de ter alternativas financeiras que, por meio do tipo solidário, se constitui um elemento fundamental para fazer que o maior número de pessoas se vincule ao esquema de poupança, inversão e crédito.

Considerando a importância do cooperativismo no Brasil e na Colômbia, assim como as cooperativas de crédito, instituições, essas, que promovem a poupança, financiam os empreendimentos de seus associados e atuam na intermediação financeira de recursos, foram selecionadas para a realização desta pesquisa. Existem outras instituições que podem ser mais representativas nessa linha de crédito, mas para a realização de análise comparativa, só podem ser escolhidas as ONGs ou cooperativas de crédito, e, devido à abrangência e importância em ambos os países, foram selecionadas as cooperativas de crédito.

1.1 O problema e sua importância

As microfinanças são consideradas instrumento importante de geração de renda e redução da pobreza, tornando-se uma estratégia de desenvolvimento econômico e social entre as políticas públicas. Em Maes (2006), as microfinanças têm o papel de fornecer serviços e ser um facilitador de empréstimos à população de baixa renda.

Considerando a importância do microcrédito, sendo parte das microfinanças, para a parcela da sociedade não inserida no sistema financeiro tradicional, optou-se por desenvolver uma pesquisa comparativa entre as práticas de microcrédito, realizadas nas cooperativas de crédito do Brasil, Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé Ltda. – CREDIMUR, e da Colômbia, Cooperativa de Poupança e Crédito – COOPSOCIAL, para identificar na percepção dos gestores e beneficiários do crédito, os aspectos convergentes e divergentes entre eles.

O problema central da pesquisa fundamenta-se na importância do microcrédito e das cooperativas de crédito, como instituições operacionalizadoras desse tipo de crédito, oferecido aos seus associados, como o objetivo de financiar seus empreendimentos, além de identificar a forma como o microcrédito contribui para esses empreendimentos.

Nessa travessia, espera-se que os resultados da pesquisa possam fornecer subsídios, bem como contribuir para uma reflexão sobre as práticas de microcrédito, realizadas pelas cooperativas e a gestão destas, de forma particular, e das cooperativas pesquisadas, mas também para as demais cooperativas do mesmo segmento econômico.

Embora a pesquisa esteja limitada a uma cooperativa de segmento de crédito, localizada no Estado de Minas Gerais (Brasil) e no Estado de Caldas (Colômbia), espera-se que ela possa ser estendida às demais cooperativas de crédito, assim como às outras instituições que ofertam microcrédito, inclusive de outros estados, desde que se levem em consideração as particularidades de cada região.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Realizar uma análise comparativa das práticas de microcrédito no Brasil e na Colômbia, especificamente os casos das cooperativas de crédito CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCIAL (Colômbia).

1.2.2 Objetivos específicos

Estes objetivos foram:

- I. Descrever os aspectos normativos do crédito no Brasil e na Colômbia.
- II. Descrever aspectos de convergência e divergência nas práticas de microcrédito, tomando-se como referência cooperativas de Brasil e da Colômbia.
- III. Identificar, na percepção dos gestores e dos associados das cooperativas de crédito, as contribuições do microcrédito para os beneficiados do crédito.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa abordou as microfinanças, concentrando-se no microcrédito, como a forma de acesso ao crédito para determinado grupo de pessoas. Dessa forma, deve-se caracterizar o crédito, sua definição e importância no desenvolvimento dos países. As instituições analisadas são as cooperativas de crédito, para tanto foram tratadas o cooperativismo e a doutrina cooperativista.

2.1 Crédito

Segundo Búrigo (1999, p. 28), o crédito é definido como:

A disposição de alguém ceder temporariamente parte de seu patrimônio ou prestar serviços a terceiro, com a expectativa de receber de volta o valor cedido ou receber pagamento, depois de decorrido o período estipulado, na sua integralidade ou em valor correspondente.

Do ponto de vista do tomador de empréstimos, crédito é a forma de obter recursos para destinar a algum empreendimento ou atender a alguma necessidade.

O crédito, segundo Ventura (2000), é abordado sob aspecto financeiro, em que é disponibilizada a alguém determinada quantia para ressarcimento posterior. Apesar do enfoque monetário, define-se crédito como um ato de confiança e como uma qualidade atribuída a quem toma algo emprestado.

Segundo Yunus (2000), o crédito é considerado instrumento importante e eficaz para reduzir a pobreza. Esse autor afirmou que o crédito é mais que um negócio; é um direito humano, a exemplo dos alimentos, razão por que as nações devem buscar uma política que permita aos pobres sair da pobreza, facilitando a eles o acesso ao crédito.

O crédito pode ser de longo ou de curto prazo. Segundo Leoni (1997), o crédito em curto prazo é utilizado para compra de bens necessários à atividade operacional para cobertura de caixa, para capital de giro etc. No longo prazo, é utilizado para investimentos em maquinaria, despesas extra-operacionais, pesquisa, lançamentos, desenvolvimento de produtos etc.

As iniciativas de crédito destinadas aos pequenos tomadores vêm-se incrementando nos países com o objetivo de ampliar a acessibilidade para pessoas que estão fora do sistema financeiro tradicional. Assim, essas iniciativas vêm operando simplesmente na forma de política pública de redução de custos financeiros, como forma de impulsionar os pequenos empreendimentos, e estão longe de se caracterizar a partir dos princípios da economia solidária (CRUZ, 2006).

Segundo Cruz (2006), é comum encontrar na literatura sobre economia solidária referências a respeito de “crédito solidário”. Geralmente, trata-se de estruturas destinadas ao financiamento de pequenos empreendimentos ou, mais especificamente, de iniciativas de economia solidária. O “solidário” do crédito assim adjetivado, portanto, tem a ver com condições diferenciadas para o acesso: taxas de juros mais baixas, ou nulas; prazos de carência e de pagamentos mais facilitados em relação àqueles praticados pelo mercado bancário; diferenciações em termos de garantias fiduciárias etc.

O conceito de crédito que se adequa a este trabalho é o definido por Burigo (1999) como a disposição de alguém ceder temporariamente parte de seu patrimônio ou prestar serviços a terceiros, com a expectativa de receber de volta o valor cedido ou receber pagamento, depois de decorrido o período estipulado.

2.2 Microfinanças

2.2.1 Microcrédito

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu em 1846, no sul da Alemanha. Devido ao inverno rigoroso naquele ano, os fazendeiros da região se endividaram e tornaram-se reféns dos agiotas. Com o intuito de ajudar os fazendeiros, o pastor Raiffensem criou a "Associação do Pão", cedendo farinha de trigo para os fazendeiros para que, através da fabricação e comercialização do pão, estes pudessem obter capital de giro. A experiência cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (SILVA, 2002).

Entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas ocorreram ao redor do planeta com características de microcrédito, como o Banco Dagang, em Bali (Indonésia) (1970), Opportunity Internacional, na Colômbia (1971), Accion Internacional, no Brasil (1973), porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhamad Yunus. As experiências cotidianas do professor de Economia Yunus, da Universidade de Chitotong, em Bangladesh, foram essenciais para difundir e popularizar o microcrédito. O professor, ao observar os moradores da localidade próxima à universidade, percebeu que estes viviam em estado de miséria, entretanto desenvolviam alguma atividade produtiva para a sobrevivência. Observou-se ainda que, devido à falta de capital, acabavam sendo explorados pelos agiotas, que financiavam o negócio e ficavam com a maior parte do lucro (PRADO, 2002).

Segundo Clark e Kays (1995) *apud* López e Pena (2005), existem vários enfoques sobre o conceito de microcrédito:

- Enfoque Restringido: fazem referência ao crédito de pequena monta, oferecido a uma microempresa, buscando o fortalecimento desse tipo de organizações produtivas.

- Enfoque Amplo: neste enfoque abarca recursos que não são necessariamente dirigidos às microempresas. Define-se como todo crédito de pequeno porte. Assim, inclui agentes marginalizados do sistema de crédito tradicional, cuja atividade produtiva não é uma condição para o acesso ao serviço.

- Outros enfoques:

A reunião de microcrédito de 1997, realizada em Washington, definiu o microcrédito como programas que proporcionam pequenos empréstimos a pessoas muito pobres para projetos de auto-emprego geradores de renda.

2.3 Cooperativismo

A cooperação sempre esteve presente na sociedade humana. Surgiu como resultado de necessidades de sobrevivência, promovendo o agrupamento de indivíduos que, com suas idéias e trabalho, buscavam concretizar seus objetivos.

2.3.1 Evolução do cooperativismo

O cooperativismo dito moderno nasceu em 1844, pelo sucesso obtido pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Limitada, localizada no distrito de Manchester, na Inglaterra, constituída por 28 tecelões (27 homens e uma mulher), com o propósito de melhorar suas condições sociais e econômicas. A sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale converte-se no ícone, o símbolo do cooperativismo (SINGER, 2002).

A criação dessa cooperativa desencadeou-se em função de uma fracassada greve por melhores salários, que fez que esse grupo de operários julgasse várias hipóteses de solução para seu estado de desespero, como a possibilidade de emigração para outros países ou de maior participação política com intenções revolucionárias (BIALOSKORSKI NETO, 1994).

Os “Pioneiros de Rochdale”, como foram chamados esses tecelões, buscaram a atuação da cooperativa lastreada em estatutos. Os estatutos da sociedade de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional passaram a ser considerados os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo que, segundo Guimarães e Araújo (2001), resultaram no que se chamou de Princípios Rochdaleanos, em que foram introduzidos preceitos de comportamento do grupo.

A essência do cooperativismo moderno está fundamentada nos princípios Rochdaleanos, que originariamente enunciaram 12 princípios e, posteriormente, em função de diversas discussões filosóficas e doutrinárias, foram feitas modificações, até que a Aliança Cooperativa Internacional– ACI, órgão de cúpula do sistema, fundado em 1985, em seu Congresso de Paris, em 1937, selecionou sete princípios. No congresso de Viena, em 1996, a

ACI utilizou-se do termo “princípio”, com o intuito de designar tanto as idéias quanto as práticas, enunciando aqueles que pudessem materializar a realidade daquele momento e de um futuro que proporcionasse a manutenção e desenvolvimento dos ideais cooperativistas (PINHO, 2001).

A ACI, em seu congresso de 1995, realizado em Manchester, Inglaterra, deliberou por uma revisão dos princípios, ficando, assim, enunciados (OCB, 1995):

- 1) Adesão livre e voluntária dos sócios.
- 2) Gestão democrática pelos membros.
- 3) Participação econômica dos membros.
- 4) Autonomia e independência.
- 5) Educação, formação e informação.
- 6) Intercooperação.
- 7) Interesse pela comunidade.

O crescimento desse sistema se espalhou por diversas partes do mundo, estando hoje representado em mais de 100 países, congregando cerca de 236 organizações representativas, com aproximadamente 730 milhões de pessoas, conforme Bialoskorski (2006).

No Brasil, onde o movimento se iniciou no final do século XIX, a gestão representativa do sistema é realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, como órgão de cúpula em âmbito nacional. Nos estados, as cooperativas congregam-se em torno das organizações cooperativas estaduais – OCEs, que buscam também orientar a formação de novas cooperativas, bem como o treinamento e desenvolvimento das organizações.

Na Colômbia, o movimento cooperativista iniciou-se no início do século XIX, e com a Lei 134, de 1931, expedida pelo Congresso Colombiano, regulamentou-se a constituição de cooperativas. As primeiras delas foram de consumo, de poupança e crédito, e nove anos depois constituiriam cooperativas de produção, de transportes e de vivenda. A gestão representativa do sistema é realizada pela Confederação de

cooperativas da Colômbia – CONFECOOP, como órgão de cúpula em âmbito nacional.

Segundo a definição da ACI, revisada em seu congresso de 1995,

a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente gerida (OCB, 1995).

De acordo com Bialoskorski (2006), as cooperativas são caracterizadas como organizações de função econômica sem o objetivo de lucro. São instituições que provêm a sociedade não só de bens públicos e sociais, como também promovem o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego.

2.3.2 Doutrina cooperativista

Desde as primeiras tentativas de organização, os estudos a respeito do cooperativismo estavam centrados muito mais na doutrina⁹ e em seus princípios do que propriamente nos instrumentais teórico-econômicos disponíveis à época. De modo geral, observou-se que os doutrinadores cooperativistas aceitavam as teorias econômicas clássicas, neoclássicas ou socialistas sem nenhum esforço de adaptação ou de reelaboração (PINHO, 1977).

Segundo Pinho (1966), a doutrina cooperativista tem como objetivo principal a retificação dos meios econômico e social, utilizando as cooperativas como instrumento, para fazer frente às necessidades das pessoas, promovendo o agrupamento de indivíduos que, com suas idéias e trabalho, buscavam concretizar seus objetivos.

Sem embargo, Pinho (1977), afirmou que nem sempre o objetivo principal da doutrina cooperativista é atingido e destacou as razões:

9 A palavra doutrina é definida, segundo Ferreira (1986), como um conjunto de princípios que servem de base a um sistema, seja ele religioso, político, econômico, filosófico ou científico.

a) As cooperativas disputam o mercado juntamente com empresas de capital, no geral muito mais eficientes ou, até mesmo, com outras cooperativas, o que faz que elas estejam numa economia de mercado.

b) No cooperativismo, as “sobras líquidas” obtidas ao final do exercício são distribuídas aos associados.

c) O cooperativismo nem sempre consegue abolir os interesses pessoais, pois, na prática, nem sempre os associados colocam o interesse da sociedade em primeiro lugar.

A doutrina cooperativista, segundo Pinho (1966), se enquadra no conjunto das doutrinas econômicas, entre as denominadas “doutrinas intervencionistas”, ou seja, entre aquelas em que a iniciativa privada se submete ao controle e à supremacia de uma entidade que poderá ser o Estado (intervencionismo estatal), grupos representativos de interesses variados, como os grupos confessionais (catolicismo social e protestantismo social), grupos profissionais (sindicatos e corporações) ou associações cooperativas (cooperativismo).

Pinho (1977) destaca entre os precursores da doutrina cooperativista a Charles Gide e seus seguidores, como Lavergne, Poisson e Lassere. Os quais acreditavam que a sociedade poderia ser cooperativizada integralmente. Por exemplo, Lavergne afirmava que o cooperativismo representa uma “terceira via” entre o coletivismo do Estado e o capitalismo de nossos dias, em que predomina a hegemonia do consumidor sobre a do produtor.

No entanto, Georges Fauquet, nos anos de 1935, opôs-se a essa cooperativização integral da sociedade. Ele afirmava que nenhuma forma de cooperativa conseguiria invadir toda a economia, podendo ocupar apenas o chamado Setor Cooperativo, cuja extensão variaria segundo a natureza das forças econômicas, a política, o ambiente e as qualidades dos próprios cooperados (PINHO, 1977).

Segundo Pinho (1977), Fauquet acreditava, ainda, que as cooperativas poderiam dominar os extremos inicial e final do processo

econômico, ou seja, a agricultura e o consumo, de modo que na “zona central” (indústrias de transformação) apareceriam somente empresas capitalistas .

Apesar dessa restrição, ele confiava no valor moral e educativo do cooperativismo. Por ser um movimento de qualidade e não de quantidade, poderia expandir-se além de suas fronteiras materiais e de suas dimensões econômicas, renovando os valores da civilização.

2.3.3 Cooperativas de crédito

De forma semelhante ao nascimento da primeira cooperativa no mundo, o cooperativismo de crédito desenvolveu-se também no sentido mutualístico, em que o pequeno se revolta pacificamente contra seu explorador, na tentativa de se emancipar economicamente, por meio da ajuda mútua e pela união de esforços.

Adquirindo as experiências dos pioneiros de Rochdale, as cooperativas de crédito foram de fundamental para a formação e consolidação do pensamento cooperativo. Contudo, as diferenças culturais entre os cooperativistas ingleses e outros povos que aderiram à corrente cooperativista, como alemães e italianos, contribuíram para as mudanças nos princípios adotados pelos pioneiros de Rochdale. Dessa forma, surgiram diversos sistemas de cooperativas de crédito, com princípios diferentes daqueles que as inspiraram, como os modelos de Schulze-Delitzch e Raiffeisen, os quais inspiraram os tipos Luzzatti, Haas e Wollemborg. Ainda, no Canadá, surgiu um tipo de cooperativa de crédito que recebeu o nome de seu fundador, Desjardins. Descrevem-se a seguir, de acordo com Singer (1998), os principais sistemas tratados pela assinatura.

- Sistema Schulze-Delitzch

Conforme Guimarães e Araújo (2001), o nome surgiu por causa de seu idealizador, que se chamava Herman Schulze (1808-1883) e vivia em uma pequena cidade da Alemanha, chamada de Delitzch.

Segundo Pinho (1966), entre suas características principais se destaca o fato de a cooperativa destinar-se, sobretudo, à classe média

urbana, não tendo, entretanto, caráter de organização classista, o que permitiu a participação de toda a população e inspirou as cooperativas do tipo Luzzatti, de origem italiana, que eram abertas a todas as pessoas, sem distinção de classes. Para se ter uma noção da força desse modelo de crédito cooperativo, Guimarães e Araújo (2001) comentaram que, em 1859, a Alemanha já possuía 111 cooperativas de crédito, preponderantemente urbanas, lideradas por Schulze, em sua maioria com resultados satisfatórios.

- Sistema Raiffeisen

Segundo Pinho (1982), nesse modelo de cooperativa de crédito, organizado pelo agricultor Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), cujo amor pela agricultura o levou a procurar solução para os problemas do crédito agrícola, agravados durante o período de 1847 a 1848, destacam-se, como características principais, o fato de não haver remuneração aos dirigentes da sociedade nem distribuição de retorno, sendo de maior importância a formação da moral dos cooperados.

Em 1863, Raiffeisen criou a primeira Caixa de Empréstimos Rural, em Heddesdorf, com características de cooperativa de crédito. As Caixas Rurais de Raiffeisen se agrupam em confederações para constituir bancos cooperativos, cujo capital elas subscrevem, tal como o sistema Raiffeisenbanken¹⁰.

Os sistemas Schulze-Delitzch e Raiffeisen encontram-se, hoje, consolidados pelo instituto DG-Bank, com sede em Frankfurt, com cerca de 20.000 agências e mais de U\$ 800 bilhões em ativos financeiros. É o segundo sistema bancário da Alemanha, movimentando cerca de 28% dos recursos de todo o sistema financeiro (PINHO, 1982).

- Sistema Luzzatti

Segundo Pinho (1966), de modo geral os organizadores de cooperativas de crédito de diversos países têm ido buscar inspiração em Schulze-Delitzch e Raiffeisen, mas a necessidade de adequá-los às suas peculiaridades economicossociais leva-os a desenvolver outros sistemas. É

¹⁰ Banco cooperativo composto pelas caixas de empréstimo rural.

o caso, por exemplo, dos bancos populares do tipo Luzzatti. Os Bancos Populares foram fundados por Luigi Luzzatti (1841-1927), na Itália, a partir de 1864. Apesar de se basearem em Schulze-Delitzch, apresentavam algumas modificações: embora se apoiem na entre-ajuda, admitem auxílio dos poderes públicos, mas apenas supletivamente. Esse auxílio deve desaparecer assim que a cooperativa apresentar condições de resolver seus próprios problemas. Valorizam o senso de responsabilidade e o comportamento dos cooperados dentro de sérios padrões morais. Nesse sentido, criam todo um sistema de fiscalização recíproca.

- Sistema Desjardins

Segundo Roby (2001), foi no Canadá que Alphonse Desjardins abriu a primeira cooperativa em Lévis (Québec), em 1901, chamada de sociedades cooperativas de poupança e crédito as caixas populares de Lévis, que resultou da síntese dos pensamentos cooperativistas de Raiffeisen, Schulze-Delitzch e Luzzatti e representa o pensamento de auxílio mútuo à atividade econômica, objetivando incentivar entre os cooperados o hábito de poupar, por meio de depósitos regulares, e conceder-lhes crédito necessário às suas atividades a juros mais baixos (PINHO, 1982).

De acordo com Pinho (1982), no Canadá existem duas vertentes do cooperativismo de crédito: o sistema Desjardins, que conta com cerca de 1.350 caixas populares Desjardins e mais de 2.700 agências com mais de U\$ 75 bilhões em ativos financeiros; e um sistema originário do modelo de cooperativas de crédito dos Estados Unidos – *The Credit Union System* (Sistema de Uniões de Crédito), nascidas como reação à recessão americana da década de 1930, que teve grande repercussão no meio oeste do Canadá. São mais de 900 cooperativas, com cerca de 1.700 agências, e U\$ 65 bilhões em ativos financeiros. Mais de 35% da população ativa do Canadá se encontra filiada ao cooperativismo de crédito (PINHO, 1982).

De acordo com Guimarães e Araújo (2001), as cooperativas de crédito no Brasil seguem três modelos bem distintos: as cooperativas de crédito rural, organizadas por produtores rurais, com o objetivo de, através da ajuda mútua, atender a suas necessidades de crédito rural e prestar-lhes serviços do tipo bancário; as cooperativas do tipo Luzzatti, de ambiência

tipicamente urbana, que têm a característica predominante de ser aberto à população, conhecidas como bancos populares; e as cooperativas de economia e crédito mútuo, cujo quadro social é formado por trabalhadores, sejam de empresas privadas, de entidades públicas ou, ainda, de determinada profissão ou atividade.

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem

Neste estudo, combinaram-se as abordagens qualitativa e quantitativa, com a finalidade de se obter maior confiabilidade dos dados.

A pesquisa qualitativa foi utilizada para atender ao objetivo específico III, no que se refere à análise da percepção dos gestores das cooperativas CREDIMUR e COOPSOCIAL, do Brasil e da Colômbia, respectivamente, para a qual foi necessária a realização de entrevista semi-estruturada.

Para identificar a percepção dos cooperados ou associados das cooperativas estudadas, utilizou-se a pesquisa quantitativa, privilegiando a coleta de dados por meio de questionário estruturado, a fim de verificar a distribuição de freqüência em cada uma das variáveis e, conseqüentemente, traçar um perfil das características de cada população estudada.

3.2 Delineamento da pesquisa

Segundo Vergara (2005b, p. 46), “a pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios”. Quanto aos fins, esta pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Para Vergara, a pesquisa exploratória é definida como aquela realizada em uma área onde existe pouco conhecimento acumulado, o que é justificado nesta pesquisa, uma vez que não se verificou a existência de estudos que abordem o tema sob o mesmo ponto de vista pelo qual se tem a intenção de abordá-lo, ou seja, realizando análise comparativa entre dois países, contemplando a percepção dos beneficiários do crédito e dos gestores das cooperativas.

A pesquisa caracteriza-se também como descritiva, uma vez que teve como objetivo analisar os aspectos normativos de crédito no Brasil e na Colômbia, assim como a caracterização das ações de microcrédito dos países, identificando-se as similaridades e diferenças.

Quanto aos meios de investigação, utilizaram-se as pesquisas bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. A pesquisa

bibliográfica foi utilizada para a elaboração do referencial teórico, sendo definida como "o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral" (VERGARA, 2005b; GIL, 1989). Na pesquisa bibliográfica foram utilizados livros, dissertações e teses referentes ao microcrédito, microfinanças, cooperativas de crédito etc.

Utilizou-se a pesquisa documental para caracterizar as cooperativas, por meio de documentos subministrados pelos seus gestores. De acordo com Vergara (2005b), essa pesquisa "é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas".

No que se refere ao estudo de caso, a pesquisa teve como objetivo estudar cooperativas de crédito situadas no Brasil e na Colômbia, de forma isolada e, assim, analisar comparativamente as contribuições do microcrédito para os tomadores do crédito. Essa técnica de pesquisa permite analisar e conhecer um fenômeno com maior profundidade, e trata-se de uma estratégia adequada quando a pergunta é "como" e "por quê" (YIN, 2003). Além disso, o estudo de caso é caracterizado como um estudo aprofundado e detalhado de uma ou poucas unidades ou objetos, permitindo seu amplo conhecimento (VERGARA, 2005b; GIL, 1999). Neste trabalho, dois estudos de caso foram realizados envolvendo duas realidades distintas, tratando-se de um estudo de caso múltiplo e transcultural, em que havia o interesse de estudar fenômenos em realidades culturais diferentes e avaliar as particularidades.

3.2.1 Unidade de análise

Como unidades de análises para os estudos de caso foram selecionadas a Cooperativa de Crédito de Muriaé Ltda. (CREDIMUR), no Brasil, e a Cooperativa de Poupança e Crédito (COOPSOCIAL), na Colômbia, o que permitiu a realização de um estudo de caso comparativo.

No processo de escolha das cooperativas, cujos casos seriam estudados, optou-se por, primeiramente, eleger uma cooperativa da Colômbia que apresentasse, concomitantemente, as características: livre adesão, linha de microcrédito produtivo; maior número de associados; e

maior volume de empréstimos ofertados, em relação à outras cooperativas de crédito.

Adotando esse critério, foram selecionadas duas cooperativas. Entretanto, apenas em uma delas seria possível o desenvolvimento da pesquisa, visto que a outra estava em processo de auditoria pelo governo da Colômbia e sinalizou negativamente para a aprovação da pesquisa no período solicitado.

Como resultado, foi selecionada a Cooperativa COOPSOCIAL e, a partir de então, foi necessária identificar outras características relativas ao ambiente em que esta se encontra inserida para, assim, selecionar uma cooperativa brasileira que permitisse a realização do estudo comparativo.

Verificou-se que a COOPSOCIAL estava inserida numa região em que predomina a agricultura como impulsionador da economia local, cuja população corresponde a aproximadamente 400 mil habitantes.

Considerando o Brasil um país que apresenta grande extensão territorial e, ainda, as dificuldades para obtenção de financiamento para realização da pesquisa, no intuito de viabilizar o trabalho optou-se por selecionar uma região da Zona da Mata mineira, mais próxima à cidade de Viçosa, que apresentasse as mesmas características regionais da cooperativa colombiana. Entretanto, admitiu-se número de habitantes diferenciados, o que pode representar uma limitação para a pesquisa.

É importante ressaltar que as características da cooperativa COOPSOCIAL puderam ser identificadas na cooperativa mineira selecionada, a CREDIMUR, o que permitiu a realização do estudo comparativo.

3.2.2 Plano amostral

O universo da pesquisa foi composto por associados às cooperativas CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCIAL (Colômbia), sendo, respectivamente, 590 e 200 empreendedores, que obtiveram empréstimo para seus pequenos negócios durante os meses de janeiro a novembro de 2007.

Utilizou-se a amostra aleatória para aplicação do questionário. Segundo Gil (1999), para que uma amostra represente, com certo grau de

confiança, as características do universo, ela deve conter um número representativo de casos. Alguns fatores interferem diretamente na escolha desse número, como: extensão do universo, nível de confiança, erro máximo permitido e porcentagem com que o fenômeno se verifica. Assim, o cálculo da amostra aleatória de uma população finita, segundo Triola (2005, p. 244), pode ser:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

em que:

n = tamanho da amostra;

Z = abscissa da curva normal padrão, fixado um nível de confiança (que neste caso é de 90%, sendo, portanto, Z igual a 1,645);

p = estimativa da proporção na população;

q = $1 - p$;

N = tamanho total da população; e

d = erro máximo permitido.

Dessa forma, considerando o nível de confiança de 90% (1,645) e erro de 10%, obteve-se uma amostra estatisticamente representativa de 60 e 52, associados à CREDIMUR e à COOPSOCIAL, respectivamente.

3.2.3 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada em duas fases, utilizando-se fontes primárias e secundárias. Na primeira fase, foi executada a análise documental com base nos documentos disponibilizados pelas cooperativas. Buscou-se, ainda, descrever os aspectos normativos de crédito no Brasil e na Colômbia, assim como identificar as características do microcrédito em ambos os países.

Na segunda fase, para a coleta dos dados primários realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, contemplando a percepção dos gestores, e aplicaram-se questionários aos associados das cooperativas. A entrevista, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 28), “é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Neste trabalho, a entrevista foi realizada no período de novembro a dezembro de 2007, com ênfase no microcrédito, enquanto as contribuições desse para os tomadores do crédito.

No que se refere ao questionário, este foi composto por 39 perguntas, que objetivaram identificar, na percepção dos associados das cooperativas estudadas, as contribuições do microcrédito para os tomadores do crédito. Segundo Hair (2005, p. 212), o questionário “é um conjunto predeterminado de perguntas (ou medidas) cujas respostas são registradas pelos respondentes ou entrevistadores”. Esse mesmo autor afirmou que é um instrumento cientificamente desenvolvido para medir características importantes de indivíduos, populações, empresas e outros fenômenos.

A estrutura do questionário foi dividida em três partes, sendo as duas primeiras caracterização do negócio e do microcrédito e a terceira, as contribuições do microcrédito para os associados tomadores do crédito. Os questionários foram aplicados no período de novembro a dezembro de 2007 e preenchidos diretamente em cada cooperativa. O tempo de aplicação dos questionários foi de 35 dias por cooperativa.

3.2.4 Análise e tratamento dos dados

Para os dados obtidos na legislação e relatórios de entidades envolvidas na política de microcrédito de cada país, foi realizada uma análise descritiva.

Para os dados coletados por meio de questionários, utilizou-se o Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 15.0, para a realização de análise exploratória dos dados, identificando o mínimo, o máximo, a média e o desvio-padrão de todas as variáveis envolvidas para cada país. Segundo Triola (2005, p. 78), a análise exploratória de dados “é o

processo de uso de ferramentas estatísticas para investigar conjuntos de dados com o objetivo de compreender suas características importantes”.

Foram realizadas, ainda, a análise da distribuição das freqüências e a tabulação cruzada, que, de acordo com Hair (2005, p. 262), “a distribuição de freqüência examina os dados de uma variável por vez e oferece contagens das diferentes respostas para os diversos valores da variável”. Esse mesmo autor definiu a tabulação cruzada como aquela que permite descrever o conjunto de relações, sendo ela “a distribuição de freqüência de respostas de dois ou mais conjuntos de variáveis”.

Para a análise cruzada, foi utilizada a técnica não-paramétrica qui-quadrado, com o objetivo de testar a independência das duas variáveis categóricas e, dessa forma, atestar a premissa de que as variáveis são estatisticamente independentes, o que corresponde à hipótese nula ou rejeitar H_0 , significando que as variáveis são dependentes e que há relação entre elas em um nível de significância de 10%. Segundo Kazmier (2007, p. 217), “a independência da variável implica que o conhecimento da categoria na qual a observação é classificada, em relação a uma variável, não tem efeito sobre a probabilidade da outra variável estar em uma das duas categorias”.

A análise de qui-quadrado foi contemplada por permitir testar as diferenças estatísticas entre os grupos e rejeitar ou não a hipótese de independência das variáveis. Segundo Hair (2005, p. 293), a estatística qui-quadrado “é utilizada para testar a significância estatística entre as distribuições de freqüência de dois ou mais grupos”.

Para comparar as médias de amostras independentes, utilizou-se a técnica paramétrica teste t, considerando-se que o estudo privilegiou dois grupos ou populações diferentes, sendo necessário identificar se os valores das médias desses grupos são iguais estatisticamente ou não. Segundo Hair (2005), o teste t pode ser usado para testar uma hipótese que estabelece que as médias das variáveis associadas com duas amostras ou grupos independentes serão iguais. Para tanto, considerou-se como hipótese nula que as médias das variáveis do Brasil são estatisticamente iguais às da Colômbia. A hipótese alternativa: as médias das variáveis do Brasil são estatisticamente diferentes com relação às da Colômbia. Ainda, foi utilizado o Excel For Windows, versão 2000, para elaboração de quadros e gráficos.

Para comparar as taxas de juros praticadas pelas cooperativas foi necessário calcular a média ponderada, devido ao fato de que as cooperativas tinham diferentes taxas praticadas que, segundo Triola (2005), “é uma média calculada com os diferentes valores associados a diferentes pesos”. Para isso, foi aplicada a seguinte fórmula:

$$X = \frac{\sum(f \cdot x)}{\sum f}$$

em que:

f = porcentagem de freqüência das respostas; e

x = taxas de juros.

Para o cálculo da taxa média ponderada, foi necessário identificar as taxas de juros praticadas pelas cooperativas e multiplicar pela porcentagem de freqüência. O resultado deve ser dividido, pela taxa de juros básica da economia de cada país, em que, no Brasil, é 11,25% e na Colômbia, 9,75%, para determinar a proporção das taxas com respeito à taxa básica de cada país, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Proporção de taxas de juros dos países

Taxas de juros x		freqüência		% freqüência		x * %f	
Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia	Brasil	Colômbia
6,75%	18%	9	6	15	11,5	1,013	2,07
7,50%	18,97%	1	43	1,7	82,7	0,128	15,69
8,50%	21,50%	2	2	3,3	3,8	0,281	0,82
8,75%	22,50%	46	1	76,7	1,9	6,711	0,43
9,50%	-	2	-	3,3	-	0,314	-
TOTAIS:	$\sum f =$	60	52		$\sum (f.x) =$	8,445	19,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Proporção de taxas de juros = $(\sum (f.x)/\text{taxa básica da economia}) \times 100$

Os dados também foram obtidos por meio de entrevistas, que foram gravadas, transcritas e analisadas utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, que é considerada por Vergara (2005a) uma técnica para análise

de dados que tem o propósito de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Essa técnica permite identificar categorias temáticas, unidades de análise, frequência e relevância de frases, entre outros.

A análise de conteúdo foi realizada em três etapas:

Etapa I – Preparação do material

As entrevistas foram transcritas em cada idioma, e, posteriormente, a entrevista na língua espanhola foi traduzida para o português. Os vícios de linguagem foram ignorados. Na transcrição, cada entrevistado foi codificado, e o gestor da CREDIMUR (Brasil) recebeu o código E1 e o gestor da COOPSOCIAL (Colômbia), o código E2.

Etapa II – Identificação das categorias para análise

Para a seleção das categorias, foi utilizada a “grade mista” que, de acordo com Vergara (2005a), é aquela em que as categorias pertinentes ao objeto de estudo são definidas preliminarmente, mas admite a inclusão, ou exclusão, de categorias, considerando-se o possível rearranjo.

Etapa III – Redação dos resultados

Nesta fase, foram apresentadas as categorias estabelecidas previamente, bem como os trechos dos relatos dos entrevistados, com o propósito de comprovar a discussão a respeito das categorias analisadas.

Com a análise das entrevistas e dos questionários, foi possível identificar em suas percepções as principais contribuições do microcrédito para os beneficiários do crédito.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a pesquisa exploratória, buscou-se identificar as principais contribuições do microcrédito, como instrumento de desenvolvimento econômico dos associados às cooperativas do Brasil e da Colômbia. Para tanto, realizou-se um estudo de caso múltiplo de cooperativas de crédito, sendo essas instituições financeiras que concorrem numa economia de mercado.

Para apontar os aspectos convergentes e divergentes da política de microcrédito, foi necessário descrever os aspectos normativos de crédito e caracterizar o microcrédito no Brasil e na Colômbia. Além disso, tornou-se necessário privilegiar a percepção dos gestores e dos associados das cooperativas de crédito, cujos resultados são apresentados neste tópico, separadamente, para as entrevistas (análise qualitativa) e os questionários (análise quantitativa).

4.1 Aspectos normativos do crédito

4.1.1 Sistema financeiro no Brasil

De acordo com o artigo 192 da Constituição Federal do Brasil, o sistema financeiro nacional é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, regulado por leis complementares que dispõem, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Segundo Assaf Neto (2006), o sistema financeiro brasileiro está representado pelas instituições financeiras públicas e privadas e as classifica em bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias, conforme demonstrado na Figura 1. As instituições bancárias estão representadas pelos bancos comerciais e múltiplos, e as não-bancárias são as sociedades

corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.

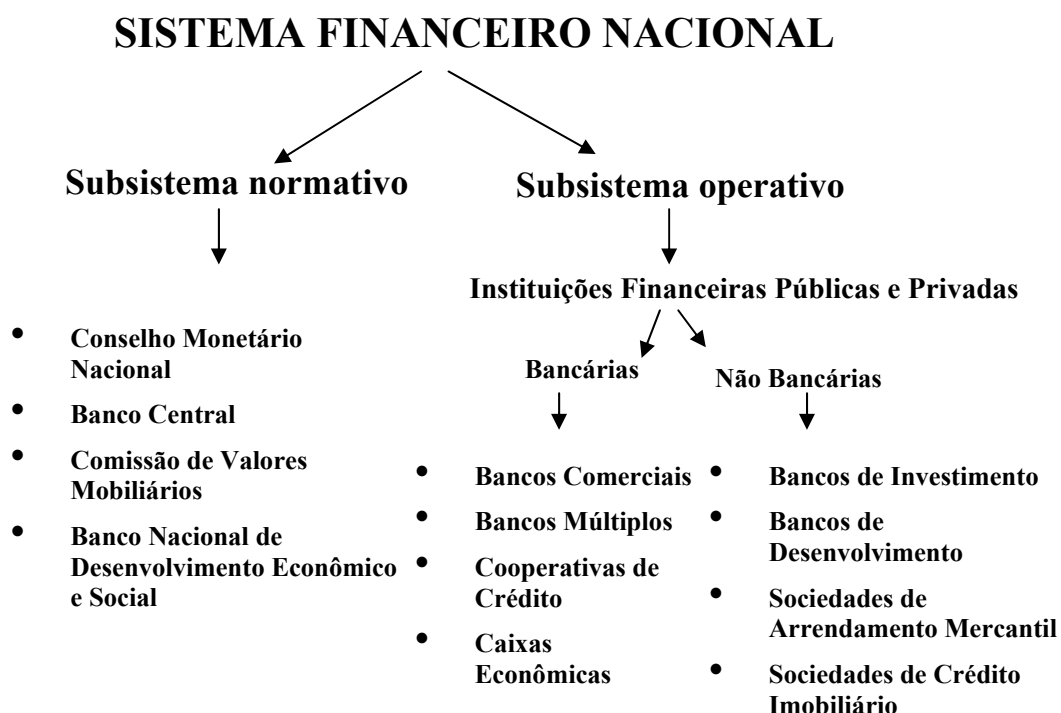


Figura 1 – Sistema financeiro no Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na Figura 1 que o sistema cooperativo de crédito está inserido no grande contexto do Sistema Financeiro Nacional e considera as cooperativas de crédito como instituições financeiras bancárias ou monetárias.

A composição atual do sistema financeiro, de acordo com a Lei 4.595, de 1964, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), é a seguinte:

a) Subsistema normativo, a quem cabe a criação das normas que conduzirão o funcionamento do sistema e servirão de base à fiscalização das instituições intermediadoras; disciplinando, ainda, todas as modalidades de crédito e a emissão de títulos e valores mobiliários. De acordo com Silva (1998), os principais órgãos do governo que integram o subsistema normativo são o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Comissão de Valores Mobiliários.

b) Subsistema operativo, que atua em setores específicos do mercado financeiro, do mercado de capitais, do sistema monetário e cambial, segundo as normas firmadas pelo subsistema normativo. Quatro tipos de instituições integram esse subsistema. São elas: as instituições financeiras bancárias ou monetárias (Bancos Comerciais, os Bancos Múltiplos, as Caixas Econômicas e as Cooperativas de Crédito); as instituições financeiras não bancárias ou não monetárias (Bancos de Investimento; Bancos de Desenvolvimento; Sociedades de Arrendamento Mercantil; Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; Sociedades de Crédito Imobiliário); o sistema distribuidor de títulos e valores mobiliários (Bolsas de Valores; Bolsas de Mercadorias e Futuros, Caixa de Registro e Liquidação, Sociedade de Compensação e Liquidação de Operações, Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, Sociedades Corretoras de Câmbio, Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Agentes Autônomos de Investimento); e agentes especiais, sendo estas instituições que complementam funções do subsistema normativo e operam em nome do Tesouro Nacional (Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A.).

A mesma Lei 4.595, de 1964, determinou que as instituições financeiras são para efeito legal, pessoas jurídicas, públicas ou privadas que têm como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

As cooperativas de crédito são entidades privadas sem fins lucrativos, que ofertam serviços financeiros aos seus associados, em que o regime jurídico, atualmente, é instituído pela Lei 5.764, de 1971 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Elas podem repassar recursos de programas oficiais de crédito e coletar a poupança de seus associados, de modo a financiar suas atividades e aplicar os recursos financeiros no meio em que foram captados.

É por meio da interação solidária, ou da mutualidade, que a cooperativa faz que um indivíduo empresta a outro, disponibilizando um instrumento formal que ofereça garantias seguras a esse indivíduo que, provavelmente, não emprestaria seu dinheiro diretamente a um vizinho. Dessa forma, ofertam empréstimos pessoais e crédito para capital de giro, investimento e financiamento. Podem oferecer, ainda, serviços financeiros como abertura de conta corrente e aplicações financeiras, seguros e pagamento de contas (água e luz, telefone e impostos) e títulos diversos. Ainda que ofertando os mesmos serviços disponibilizados pelos bancos, apresentam maiores vantagens em relação à rede bancária, o que assegura papel importante às cooperativas na ampliação do acesso a serviços financeiros para populações de pequenos municípios e para empreendimentos econômicos de porte reduzido (PINHEIRO, 2006).

As cooperativas de crédito passaram a vincular ou ampliar sua atuação em direção às demandas financeiras de populações pobres em período recente. As ações do governo federal têm-se dado no sentido de orientar e consolidar a atuação das cooperativas de crédito nessas populações e nos municípios de pequeno e médio portes: o governo instituiu, por intermédio do Banco Central, legislação pertinente que incluiu, em 2002, a categoria de microempreendimentos para a constituição de cooperativas de crédito mútuo e autorizou, em 2003, a constituição de cooperativas de livre adesão de associados, fortalecendo o foco territorial de atuação dessas organizações (respeitados determinados limites populacionais) e não setoriais. Em seus documentos, o Banco Central reconhece o papel fundamental das cooperativas na democratização do acesso a serviços financeiros no país.

Segundo Búrigo (1999), duas razões explicam as vantagens das cooperativas de crédito em relação à rede bancária. A primeira razão diz respeito aos menores custos operacionais que as cooperativas de crédito apresentam, por funcionarem em menor escala do que os bancos e por possuírem menor número de funcionários e uma estrutura física mais enxuta. A segunda razão reside no fato de que as cooperativas operam, de acordo com a legislação cooperativista, sem fins lucrativos, devendo aplicar os recursos que captam no local onde atuam. Assim, é possível negociar as

taxas de juros dos financiamentos, à medida que as cooperativas aumentam a captação de recursos próprios e garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, em patamares mais condizentes com a trajetória e o contexto socioeconômico de seus associados. Já os juros cobrados além dos custos operacionais da cooperativa retornam ao associado ao final do exercício contábil ou remuneram seu capital social quando incorporados ao patrimônio líquido da cooperativa. Por isso, pode-se afirmar que os associados de uma cooperativa de crédito são, em última análise, os donos do dinheiro e os autofinanciadores.

Para Bittencourt e Abramovay (2001), o caráter local e a limitação do tamanho das cooperativas de crédito em termos de número de associados permitem redução nos custos de transação bancária, porque as redes de interconhecimento que estão na sua base possibilitam métodos mais baratos de avaliação do risco presente nas operações de crédito. Os referidos autores sublinharam que, além de mais baratos, os métodos de avaliação de risco bancário tornam-se mais eficientes do que os do sistema bancário. Afinal, a pressão social local pode garantir o reembolso dos recursos liberados, o que significa que são as relações de proximidade social entre os atores locais que servem de garantia ao crédito concedido.

A importância do cooperativismo de crédito no SFN tem crescido, em período recente. Em 1996, existiam cerca de 1.018 cooperativas de crédito e, em 2004, foram registradas 1.436 delas, representando um crescimento, em termos absolutos, de aproximadamente 41%. Os dados mais atualizados, divulgados pelo Banco Central para 2006, indicaram que existiam 1.452 cooperativas em funcionamento.

Em 2003, a Resolução 3.106, da BACEN, voltou a permitir a constituição de cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 100.000 habitantes, como também a transformação de cooperativas em cooperativas de livre admissão de associados, em localidades com menos de 750 mil habitantes, sendo essa Resolução revogada, e, entrou em vigor a Resolução 3.442, de 28 de fevereiro de 2007, segundo a qual a principal mudança diz respeito à ampliação do limite populacional das cooperativas de livre admissão para 2 milhões de habitantes. Igualmente, a alteração normativa veio

acompanhada de maior exigência patrimonial para as cooperativas de livre admissão instaladas em regiões com população superior a 750 mil habitantes (BACEN, 2007).

É importante enfatizar, entretanto, que as cooperativas de crédito diferem dos bancos comerciais quanto aos seus principais objetivos. Enquanto os últimos são empresas de capital e visam lucros, as primeiras são sociedades de pessoas, não visam lucros e são prestadoras de serviços a seus associados, que buscam o equilíbrio entre o econômico e o social.

O Sistema de Crédito Cooperativo pode ser representado por uma pirâmide onde, no ápice, se encontram as Confederações de Cooperativas de Crédito ou cooperativas de terceiro grau, que controlam dois bancos, o Banco Cooperativo S.A. (Bansicred S.A.) e o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob S.A.). As confederações são responsáveis pelos serviços de integração, controle e padronização das cooperativas. No meio do Sistema estão as Cooperativas Centrais de Crédito, responsáveis pela prestação de serviços de centralização financeira, controle e supervisão. E, por fim, na base do sistema estão as cooperativas singulares de crédito, as quais têm como objetivos: estimular a formação de sua carteira, por meio da captação de depósitos à vista e a prazo dos próprios associados, oferecer assistência financeira e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

As formas de associação em cooperativas diversificam-se na mesma proporção em que surgem novas necessidades de ajuda mútua como alternativa às dificuldades enfrentadas pelos indivíduos no meio social. Assim é que existem cooperativas habitacionais, de trabalho, de consumo, educacionais, de crédito etc., que se organizam sob a forma de cooperativas singulares, federações e confederações.

As camadas sociais de baixa renda têm promovido, no Brasil, o desenvolvimento de uma nova forma de cooperação a que os estudiosos do cooperativismo denominam “cooperativismo solidário”. Trata-se de nova vertente cooperativista voltada para a criação de um ambiente econômico capaz de abranger os excluídos e os microempreendedores¹¹. Fundamenta-

¹¹ Diva B. Pinho preleciona que são as principais características desse novo tipo de cooperativas: a reunião de pessoas de baixa renda ou portadores de deficiência; o intuito de

se na mútua confiança e na solidariedade, na ética e no caráter dos associados.

As cooperativas de crédito solidário surgiram a partir da busca por alternativas de combate ao desemprego. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM tomaram a cooperativa de crédito como instrumento de promoção e incentivo da vivência da solidariedade entre os trabalhadores. Assim, a cooperativa de crédito solidário aglutina a estrutura de cooperativa e a estrutura de crédito solidário numa só entidade.

Segundo Pinho (2003):

A cooperativa de crédito solidário tem sido definida como um instrumento de concessão de pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte, com base no exame da potencialidade do negócio e do caráter do empreendedor (PINHO, 2003, p. 9).

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, como representante única das cooperativas no país, conforme determina a Lei 5.764, de 1971, essa “vertente solidária” do cooperativismo não é aceita. Esse conceito está mais ligado à Agência do Desenvolvimento Solidário – ADS, através do Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário ou Sistema ECOSOL, que realiza o planejamento da atuação das Cooperativas de Crédito da Economia Solidária (OCB, 2003).

O Sistema ECOSOL estrutura-se sobre três níveis:

a) Cooperativas singulares: constituem a base do sistema. Realizam as operações financeiras diretamente com a população.

b) Bases de apoio: prestam assessoria às cooperativas singulares e promovem a capacitação dos associados e membros da diretoria. Situam-se como intermediárias entre as cooperativas singulares e a cooperativa central e têm abrangência regional, mais ampla do que a das cooperativas singulares.

solucionar os próprios problemas econômicos, a busca de recursos para produzir e comercializar a produção de modo a gerar trabalho e renda para os associados (PINHO, 2003, p. 07).

c) Cooperativa central: realiza a contabilidade e presta assessoria financeira às cooperativas singulares, além de monitorar todo o Sistema ECOSOL.

4.1.2 Sistema financeiro na Colômbia

O sistema financeiro colombiano é um pilar fundamental da atividade econômica que canaliza importantes recursos dirigidos aos diferentes setores que a compõem. Esse sistema está constituído, principalmente, por: autoridade monetária, bancos comerciais, corporações financeiras, corporações de poupança e imóveis e as companhias de financiamento comercial, conforme demonstrado na Figura 2. Além disso, segundo o novo estatuto orgânico, foram incorporadas outras entidades financeiras, sendo: os organismos cooperativos de grau superior e as sociedades de capitalização. Além desses, integram o grupo as sociedades de serviços financeiros, sendo: as fiduciárias, sociedades de arrendamento financeiro (Leasing), sociedades de compra de carteira (Factoring), as lojas gerais de depósito e as sociedades administradoras de fundos de garantia (BANCO DE LA REPÚBLICA, 2006).



Figura 2 – Sistema financeiro na Colômbia.

Fonte: Dados da pesquisa.

O atual sistema financeiro colombiano se estrutura em um sistema de banca universal regulada, que permite a existência de conglomerados financeiros num esquema de filiais e matrizes; vale dizer um sistema intermédio entre a banca múltipla e a especializada.

O Banco da República é o Banco Central da Colômbia, uma entidade de direito público econômico de natureza única, com autonomia administrativa especial. O Banco Central exerce funções como a emissão da moeda, regulação da circulação monetária, dos câmbios internacionais e do crédito. Portanto, tem-se a faculdade de desenhar e regular a política monetária segundo seu próprio e único critério, guiada sempre pelo objetivo de manter a estabilidade da moeda.

A Constituição Política da República de Colômbia cataloga a atividade financeira, bursátil, seguradora e qualquer outra relacionada com manejo, aproveitamento e inversão dos recursos de captação, como atividades de interesse público que só podem ser exercidas, com autorização previa do Estado, conforme a lei, a qual regulamenta a forma de intervenção do governo nessas matérias e promove a democratização do crédito (CONSTITUIÇÃO POLITICA DE COLOMBIA, 1991).

A Constituição, no artigo 150, outorga ao Congresso da República, portanto, a faculdade de ditar as normas gerais e estabelecer nelas os objetivos e critérios aos quais devem sujeitar-se o governo e o Banco Central para regular a atividade financeira, versátil, seguradora e qualquer outra relacionada com o manejo, aproveitamento e inversão dos recursos captados do público.

O artigo 189 da Constituição Nacional faculta ao presidente da República exercer, de acordo com a lei, a intervenção nas atividades financeira, versátil, seguradora e qualquer outra relacionada com o manejo, aproveitamento e inversão dos recursos captados do público, igual ao que a inspeção, vigilância e controle sob as pessoas que as realizem. Assim mesmo, a Constituição no artigo 372 estabelece que a Junta Diretiva do Banco da República seja a autoridade monetária, cambiária e creditícia, conforme as funções que a lei preconiza.

Diante do exposto, existem diversas instituições de regulação, em que o Congresso da República, em seu caráter de legislador, emite normas de

caráter legal sem prejuízo da possibilidade de expedir normas de caráter ordinário. O Congresso da República expediu a Lei 35, de 1993, pela qual se ditam as normas às quais se deve sujeitar o governo nacional para regular as atividades financeira, versátil e seguradora, e que, por sua vez, outorga ao governo nacional faculdades extraordinárias para incorporar o Estatuto Orgânico do Sistema Financeiro; e a Lei 31, de 1992, que fixa as normas às quais se deve sujeitar o Banco da República para seu funcionamento (CONSTITUCIÓN POLITICA DE COLOMBIA, 1991).

De acordo com a atribuição legal outorgada ao governo nacional pela Lei 35, de 1993, expediu-se o Decreto-Lei 663, de 1993, o Estatuto Orgânico do Sistema Financeiro – EOSF, corpo legislativo no que se compilam todas as normas aplicáveis ao sistema financeiro colombiano. No entanto, o Banco da República, dentro dos parâmetros que fixa a Lei 31, de 1992, é a máxima autoridade monetária, cambiária e creditícia do país e emite resoluções de caráter geral para regular as diferentes matérias a seu cargo, como o regime de câmbios internacionais do país, os apoios transitórios de liquidez ao setor financeiro etc.

De acordo com o Banco da República (2003), as Autoridades Financeiras e de Supervisão são as seguintes:

- A Superintendência Financeira de Colômbia. É um organismo de caráter técnico vinculado ao Ministério da Fazenda e Crédito Público que, em nome do presidente da República, e de acordo com o Decreto 4.237, de 2005, no artigo 8, exerce a inspeção, vigilância e controle sob as pessoas que levam a cabo as atividades financeiras, versátil, seguradora e qualquer outra relacionada com manejo, aproveitamento e aplicação de recursos captados do público.

O objetivo primordial da Superintendência é supervisionar o sistema financeiro colombiano, com o fim de preservar sua estabilidade, seguridade e confiança, assim como promover, organizar e desenvolver o mercado de valores colombianos e a proteção dos investidores, poupadores e assegurados, tal como está expresso no Decreto 4.237, de 2005, artigo 8. Segundo esse artigo, as normas legais atribuem as funções de: instruir as instituições vigiadas e controladas sob como devem cumprir as disposições

que regulam sua atividade; autorizar as referidas entidades sujeitas à inspeção e vigilância, sua constituição e funcionamento, as aquisições de suas ações e os aportes em entidades cooperativas; aprovar sua conversão, transformação e objetar sua fusão e aquisição; autorizar o estabelecimento no país de representantes ou escritórios de representação de organismos financeiros do exterior; e ditar normas gerais que devem observar as entidades supervisionadas em sua contabilidade.

O Banco da República é uma entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e técnica, com regime legal próprio e que tem por funções regular a moeda, os câmbios internacionais e o crédito, emitir moeda legal, administrar as reservas internacionais, ser prestamista de última instância e banqueiro dos estabelecimentos de crédito e servir como agente fiscal do governo.

De acordo com a Lei 31, de 1992, norma ditada pelo Congresso para estabelecer os parâmetros aos quais se deve sujeitar o Banco da República para o seu funcionamento, correspondem a esse banco as seguintes funções:

- Atuar como o Banco de Emissão, incluídas as faculdades para a determinação e características da moeda legal.
- Desempenhar-se como banqueiro e prestamista de última instância dos estabelecimentos de crédito públicos e privados, para o qual poderá outorgar-lhes apoios transitórios de liquidez diante de descontos e redescontos nas condições que determinam a Junta Diretiva; intermediar linhas de crédito externo para sua colocação através dos estabelecimentos de crédito; e emprestar-lhes serviços fiduciários, de depósito, compensação e giro e os demais que determinam a Junta Diretiva.
- Banqueiro, agente fiscal e fidecomissário do governo, função em desenvolvimento da qual poderá contratar créditos externos e internos e em aquelas operações que sejam compatíveis com as finalidades do banco, outorgar créditos ou garantias a favor do Estado nas condições previstas no artigo 373 da Constituição Política, receber em

depósito da Nação e das entidades públicas, servir como agente do governo na edição, colocação e administração no mercado dos títulos de dívida pública e emprestar ao governo nacional e outras entidades públicas, a assistência técnica requerida em assuntos afins à natureza e funções do banco

- Administrador das reservas internacionais, conforme o interesse público, ao benefício da economia nacional e com o propósito de facilitar os pagamentos do país no exterior. A administração compreende o manejo, inversão, depósito em custódia e disposição dos ativos de reserva. A inversão desses se fará sujeito aos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade em ativos denominados em moeda de reserva livremente convertidas em ouro.
- Atuar como representante do Estado ante os distintos organismos financeiros internacionais, nos quais tenha feito ou tenha lastro para o seu capital e que se contabilizem como reserva internacional.

A Junta Diretiva do Banco da República corresponde ao estudo e adoção das medidas monetárias, creditícias e cambiárias para regular a circulação monetária e, em geral, a liquidez do mercado financeiro e o normal funcionamento dos pagamentos internos e externos da economia, velando pela estabilidade do valor da moeda no desenvolvimento dessa função. A Junta poderá, de acordo com o artigo 16 ditado pelo Congresso, fixar e regulamentar o encaixe das distintas classes de estabelecimentos de crédito; regular o crédito interbancário destinado a atender requerimentos transitórios de liquidez dos estabelecimentos de crédito; determinar, quando as circunstâncias o exigirem e em forma temporal (máximo de 120 dias ao ano), limites para as taxas de juros das operações de crédito; fixar a metodologia para a determinação dos valores em moeda legal da unidade de valor real (UVR) estabelecida pela Lei 546, de 1999; dispor a intervenção do Banco da República no mercado cambiário como comprador ou vendedor de divisas; e determinar a política de manejo da taxa de câmbio, a qual deve coadjuvar e preservar a capacidade aquisitiva da moeda.

O Fundo garantidor de Instituições Financeiras – FOGAFÍN foi criado de acordo com as normas que regulam o seguro de depósito. Devem-se inscrever obrigatoriamente os bancos, as corporações financeiras, as companhias de financiamento comercial e as sociedades administradoras de fundos de pensão. É uma entidade que tem por objetivo proteger a confiança dos depositantes e credores nas instituições financeiras para preservar o equilíbrio e a equidade econômica, que se encontra submetida à inspeção e vigilância da Superintendência Financeira da Colômbia.

As funções do fundo são: servir de instrumento para o fortalecimento patrimonial das instituições inscritas; participar transitoriamente do capital das instituições inscritas; procurar que as instituições inscritas tenham meios para outorgar liquidez aos ativos financeiros e aos bens recebidos em pagamento; organizar e desenvolver o sistema de seguro de depósito, criado pela Lei 117, de 1985; e comprar obrigações das instituições inscritas em liquidação ou de financiamento aos seus poupadores.

As instituições financeiras na Colômbia estão compostas por sete tipos de entidades, distinção que atende à sua função específica dentro do sistema financeiro, a saber:

- Estabelecimentos de crédito. São instituições financeiras cuja principal função é captar, em moeda legal, recursos do público em depósitos, à vista ou a prazo, para colocá-los novamente no mercado através de empréstimos, descontos, adiantamentos e outras operações ativas de crédito. Nesse sentido, a lei cataloga dentro dessa classificação os estabelecimentos bancários, corporações financeiras, companhias de financiamento comercial e cooperativas financeiras¹².

Os estabelecimentos bancários são instituições financeiras que têm por função a captação de recursos em contas correntes bancárias, assim

¹² De acordo com a Lei 795, de 2003, da Constituição, as cooperativas financeiras são instituições cooperativas especializadas, submetidas ao controle, inspeção e vigilância da Superintendência Bancária.

como os depósitos à vista ou a prazo, com o objetivo de realizar operações ativas de crédito, o que compete aos bancos comerciais.

As corporações financeiras têm como função a captação de recursos em longo prazo, através de depósitos, com o propósito de fomentar a criação, reorganização, fusão ou transformação de empresas, bem como realizar, em geral, operações ativas de crédito. Equivalem aos bancos de inversão do sistema estadunidense.

As companhias de financiamento comercial têm como função captar recursos do público, com os propósitos de financiar a comercialização de bens e serviços e realizar operações de aluguel financeiro, o *leasing*.

- Sociedades de serviços financeiros. Têm o caráter de instituições financeiras e se caracterizam por emprestar serviços complementares aos dos estabelecimentos de crédito. De acordo com as normas do EOSF, fazem parte das sociedades de serviços financeiros as sociedades fiduciárias, as sociedades administradoras de fundo de pensões (AFP) e os armazéns gerais de depósito.

Com relação às sociedades fiduciárias, sua atividade principal é atuar como agentes fiduciários (*trustees*), em virtude de negócios fiduciários que tratam de simples mandatos (encargos fiduciários) ou como administrador de patrimônios autônomos (*trusts*), nos casos de fidúcia mercantil.

A função das sociedades administradoras de fundos de pensão (AFP) é administrar e manejar os fundos de pensões e de garantias, tanto obrigatórios quanto voluntários. Na atualidade, é o investidor institucional, mais importante do país, devido ao grande número de recursos que administra.

As sociedades de capitalização são instituições financeiras que têm por objetivo estimular a poupança mediante a constituição, em qualquer forma, de capitais determinados, a troca de desembolsos únicos ou periódicos, com a possibilidade ou não de reembolsos antecipados por meio de sorteios.

Entidades seguradoras são instituições financeiras dedicadas, de forma exclusiva, a trabalhar com seguros, nas modalidades descritas pela lei. Nela se agrupam as companhias e cooperativas de seguros e as de resseguro.

Intermediários de seguros e resseguros são empresas cujo objetivo social é exclusivamente oferecer seguros ou resseguros, promover sua contratação e obter sua renovação, a título de intermediários, entre o assegurado e o assegurado. Entre eles estão os corretores, as agências e os agentes.

Outras instituições financeiras são instituições financeiras os organismos cooperativos de grau superior e caráter financeiro, cuja função consiste na captação de recursos do público e na realização primordial de operações ativas de crédito, de acordo com o regime legal que regulamenta sua atividade.

Instituições complementares ou sociedades de serviços técnicos ou administrativos são as sociedades anônimas dedicadas exclusivamente à prestação de serviços técnicos ou administrativos, necessários para o giro ordinário dos negócios das entidades financeiras.

O comportamento do setor cooperativo financeiro¹³, ao finalizar o primeiro trimestre do ano de 2007, mostra uma boa dinâmica na colocação de crédito, sob a carteira de consumo e microcrédito, com indicadores adequados de qualidade de carteira e, em geral, um crescimento sustentável (CONFECOOP, 2007).

13 O setor Cooperativo Financeiro é formado por 209 cooperativas, 203 vigiadas pela Superintendência da Economia Solidária e seis vigiadas pela Superintendência Financeira. Conta com 1,7 milhão de associados e 765 oficinas em 246 municípios de 28 Estados da Colômbia.

4.2 Microcrédito

O microcrédito, segundo Rosa (1998, p. 2), é definido como uma:

Alternativa para atender àqueles microempresários que estão excluídos do mercado formal de crédito, porque não podem corresponder às exigências de documentos, não têm garantias reais e o tamanho do negócio está aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento.

De acordo com esse autor, as principais fontes de financiamento dos microempresários são o agiota ou o fornecedor. Ele caracteriza como potenciais usuários do microcrédito aqueles que atuam na informalidade, que utilizam poucos trabalhadores, familiares e assalariados não registrados, que não possuem estrutura administrativa formal, podendo o patrão participar da produção como mão-de-obra, que, em geral, a capacitação é obtida através da experiência no negócio e não na educação formal. Portanto, o empreendedor nesse perfil não tem acesso ao sistema de crédito formal e mantém relação mínima com as instituições financeiras.

Segundo Silveira (2005), uma característica significativa do microcrédito é sua forma solidária de financiamento, ou seja, grupos de interesse são formados, se conhecem e adquirem confiança mútua até atingir o estágio em que mutuamente avalizam a operação de crédito. Para Souza (2002), o aval solidário são grupos de pequenos proprietários, que assumem obrigações coletivas perante o empréstimo realizado, em que todos serão responsáveis pelo pagamento do integrante que não cumprir com seu compromisso.

Outra característica do microcrédito é que os prazos de pagamento geralmente são curtos e sempre ligados à finalidade do financiamento e ao fluxo de caixa da atividade empresarial (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2006).

De acordo com os enfoques anteriores, neste trabalho utilizou-se a definição de microcrédito referente a “créditos de pequeno porte oferecidos a pessoas que tenham empreendimento produtivo e que estão fora do sistema financeiro tradicional”.

4.2.2 Microcrédito no Brasil

A primeira experiência com microcrédito no Brasil data de 1973 e foi desenvolvida pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa Uno e que foi desativada em 1991, por não permitir sua sustentabilidade.

A primeira organização formal em Microcrédito é datada de 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O Centro Ana Terra, fundado sob a forma de organização não-governamental, contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter-American Foundation (IAF), que aportaram recursos para os financiamentos. Nos anos de 1990, uma rede de CEAPE foi implantada em 12 estados brasileiros (ALVES; SOARES, 2004).

Outro exemplo a ser citado é o surgimento da Instituição Comunitária de crédito Portosol, organização não-governamental – ONGs de microcrédito, criada na cidade de Porto Alegre, no ano de 1995, que serviu de modelo para várias outras organizações que foram fundadas posteriormente. Singer (2003) mencionou a grande importância que teve Portosol para o desenvolvimento dos microempreendimentos da Grande Porto Alegre, pois, até o ano de 2000, ela já havia liberado 11.600 créditos, totalizando 20,4 milhões de reais.

Em 1998, foi criado o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste – CrediAmigo, para facilitar o acesso ao crédito a milhares de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Atualmente, o CrediAmigo é o maior Programa de Microcrédito do país, tendo realizado mais de 2,48 milhões de operações com financiamentos totais de R\$ 2,07 bilhões. O Programa mantém uma carteira de financiamento no valor de R\$ 136,2 milhões e 195,3 mil clientes ativos (PORTAL DO MICROCREDITO, 2005).

De acordo com Parente (2002), o Banco do Nordeste tornou-se a segunda maior instituição no fornecimento de microcrédito na América Latina, em apenas dois anos de atividades.

No âmbito dos governos estaduais e municipais, várias experiências estão sendo implementadas, tanto por instituições de fomento (apoio às organizações independentes que operam Microcrédito) quanto por instituições governamentais que financiam diretamente o pequeno empreendimento, ambas com o propósito de gerar oportunidades de emprego e renda.

Devido à importância do microcrédito como estratégia de desenvolvimentos econômico e social, várias instituições brasileiras iniciaram apoios institucional e financeiro ao microcrédito. Em 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -- BNDES criou o Programa de Crédito Produtivo Popular, com o propósito de fortalecer a rede de instituições de microcrédito com financiamentos de longo prazo (BNDES, 2006a).

Outra instituição que oferece apoio ao microcrédito é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que lançou um programa em outubro de 2001, com o objetivo de promover o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, apoiando novas iniciativas e organizações. Atualmente, o SEBRAE apóia 80 instituições em todo o Brasil (SEBRAE, 2004).

Segundo o SEBRAE, o microcrédito é recente na economia brasileira, tendo nascido graças a iniciativas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que criaram seus produtos como alternativa de acesso ao crédito produtivo pelas camadas mais carentes da população.

Dentro das políticas de desenvolvimento econômico do Brasil, o microcrédito possui papel importante, ao oferecer créditos aos pequenos empreendimentos com critérios que estejam fora dos parâmetros do sistema financeiro tradicional. Essas ditas políticas estão representadas no Plano Plurianual 2004/2007, com volume significativo de recursos orçamentários da União direcionados para apoiá-las (BARONE, 2002).

O governo buscou, portanto, regular as atividades de microfinanças e incentivar a maior participação do capital privado no setor. Assim, a legislação brasileira passou a estabelecer duas formas básicas de constituição e qualificação das instituições de microcrédito:

- As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), reguladas pela Lei 9.790/99, não poderão visar à distribuição de lucros ou vantagens. Trata-se de ONGs que, em razão de sua regulamentação legal, são reconhecidas pelo Ministério da Justiça como organizações de interesse público.

- As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), constituição autorizada pela Lei 10.194/01, de 14 de fevereiro de 2001, e regulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução 2.874, do BACEN, que define a forma de constituição como companhia fechada nos termos da Lei 6.404 (S/A) ou como sociedade por quotas de responsabilidade limitada (Ltda.), podendo, portanto, visar lucros.

Atualmente, existem algumas organizações que não estão enquadradas nessas modalidades e permanecem como ONGs. E algumas outras são instituições financeiras que praticam o microcrédito, sujeitas, portanto, às normas do Banco Central do Brasil.

Segundo Rosales (2000), o marco jurídico das instituições de microcrédito no Brasil é recente e basicamente está composto pelas seguintes normas, detalhadas de acordo com a sua ordem cronológica:

- Lei 9.790, de 23 de março de 1999

Esta norma dispõe, de forma abrangente, os requisitos que devem ser cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, a fim de serem qualificadas como Sociedades Civas de Interesse Público e de instituir as regras que regem seu funcionamento e controle, incluindo os alcances do denominado acordo de cooperação que deve reger as relações entre as referidas sociedades e o setor público.

- Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999

Mediante esse decreto, fica regulamentada a Lei 9.790 e ficam definidos os aspectos vinculados aos requisitos para autorização, funcionamento e supervisão das Sociedades Civas de Interesse Público.

- Medida Provisória do Presidente 1914-4, de 28 de julho de 1999

Através desta medida ficam modificadas as normas vinculadas à usura, excluindo do seu alcance as Sociedades Civas de Interesse Público e as Sociedades de Crédito para o Microempresário.

- Resolução do Banco Central do Brasil 2.627, de 2 de agosto de 1999

Dispõe as normas sobre a natureza, constituição, capital mínimo e sua integralização, seu marco operacional, limites individuais de crédito, proibições, postos de atendimento e supervisão das Sociedades de Crédito para o Microempresário, assim como os direitos do Banco Central em relação a essas organizações.

- Circular do Banco Central do Brasil 2.915, de 5 de agosto de 1999

Mediante esta circular são estabelecidos os procedimentos relativos à autorização e funcionamento das Sociedades de Crédito para o Microempresário.

- Circular do Banco Central do Brasil 2.898, de fevereiro de 2000

Através desta são definidos os padrões contábeis para as Sociedades de Crédito para o Microempresário, com base naqueles vigentes para as companhias financeiras.

Além das iniciativas do setor público, cabe destacar o surgimento, em várias cidades brasileiras, de organizações de pequeno porte que operam com microcrédito. Normalmente, seu raio de atuação é pequeno, abrangendo apenas as cidades onde estão localizadas. A tipologia dessas organizações, segundo Kwitko (1999), são OSCIP, SCM, ONGs e cooperativas de crédito. As OSCIP e SCM foram apresentadas anteriormente.

- Organização Não-Governamental (ONG): associação civil sem fins lucrativos, regida por estatuto social, não vinculada de forma obrigatória a nenhuma entidade controladora e, assim, sujeita a restrições quanto às estipulações usurárias.

- Cooperativas de Crédito: constituem uma sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de conceder empréstimos e prestar serviços aos seus associados e com funcionamento determinado pelo respectivo estatuto social.

No ano de 2003, no Brasil o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como a bancarização das camadas mais baixas da população (base da pirâmide social). Incluir essa grande massa de pessoas no Sistema Financeiro Nacional passou a ser a tônica principal das políticas públicas de acesso ao crédito do novo governo empossado em 2002. No período de 1991 a 2002, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, o microcrédito era entendido como crédito produtivo, capaz de alavancar renda. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006 e 2006-2010), o conceito de microcrédito foi definido como crédito de pequeno valor, produtivo ou não, também, como exposto anteriormente, capaz de gerar renda.

Entre as medidas tomadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destacando-se a edição, em junho de 2003, do “Pacote do Microcrédito”, um conjunto de medidas que objetivavam ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda. Três foram os seus pilares: a criação de contas simplificadas (bancarização); o estímulo à oferta de crédito através da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista; e a formação de cooperativas de crédito de livre associação. A edição da Resolução 3.104, de junho de 2003, pelo CMN, como parte do pacote, tentou instrumentalizar, através da ampliação de mecanismos facilitadores de acesso da população de baixa renda ao Sistema Financeiro Nacional, e, conseqüentemente, propiciar a melhoria das condições de obtenção de crédito, de realização de poupança e de aquisição de produtos financeiros, além da maior comodidade de pagamento de contas por parte de pessoas de menor renda (ALVES; SOARES, 2004).

O governo federal, com a edição da Lei 10.110, de 25 de abril de 2005, criou o Programa Nacional de Microcrédito Orientado – PNMPO, visando ampliar a oferta de recursos aos micro e pequenos empreendimentos. Por esse Programa, ampliam-se as oportunidades de integração das organizações de microcrédito ao sistema financeiro, podendo acessar recursos (*funding*) oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e das exigibilidades de direcionamento de depósitos à vista nas instituições bancárias, conforme previsto pela Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Os bancos públicos federais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, criaram mecanismos para operacionalizar essa política pública, através da criação de contas correntes simplificadas, movimentadas por cartão magnético e necessitando, para a sua abertura, somente da apresentação de documento de identidade e do cadastro de pessoas físicas (CPF). A Caixa criou a conta simplificada, denominada “Caixa Aqui” e o Banco do Brasil, uma subsidiária integral, denominada Banco Popular do Brasil, para atender a esse segmento.

A mesma Lei permitiu a criação de cooperativas de livre admissão de associados que, segundo Alves e Soares (2004, p. 22), permitirão a organização de populações, hoje, com pouquíssimo acesso a serviços financeiros, como as localizadas longe dos grandes centros, para que possam mobilizar e aplicar recursos em seu próprio benefício, estimulando, assim, pequenos empreendimentos rurais e urbanos geradores de empregos.

Outra Resolução do CMN, a 3.140, de novembro de 2003, facultou a criação de cooperativas de crédito de empresários vinculados a entidades de classe. Complementando o pacote, foi implementada, através da Medida Provisória 122, de 25 de junho de 2003 (regulamentada, posteriormente, pela Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003), que conferiu ao Conselho Monetário Nacional “competência para regulamentar as aplicações dos bancos comerciais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da Caixa Econômica Federal, bem como das cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e de livre admissão de associados, em operações de microfinanças destinadas à

população de baixa renda e microempreendedores, baseadas em recursos oriundos dos depósitos à vista” (ALVES; SOARES, 2004, p. 40).

A partir do ano de 2001, destaca-se o surgimento de instituições financeiras chamadas de “Bancos do Povo”, sendo essas iniciativas de governos estaduais como parte da política pública de geração de trabalho e renda. Com essa política, os pequenos empreendedores do trabalho informal ou de microempresas conseguem investimentos de até 10 mil reais com juros baixos (que variam de 1% até 4% ao mês). Segundo Parente (2002), o governo deveria trabalhar com taxas por cima de 1%, que permitam a sustentabilidade das instituições, pois a experiência internacional desaconselha operar com taxas que não permitam sua sustentabilidade.

Os financiamentos concedidos pelas instituições de Microcrédito geralmente observam as seguintes características:

- O microcrédito é voltado ao financiamento das atividades produtivas dos pequenos empreendedores. Raramente financia o consumo.
- O montante do financiamento é compatível com as necessidades do negócio e a sua capacidade de pagamento. Nas renovações de crédito, os valores poderão ser crescentes.
- As taxas de juros geralmente são as praticadas nos bancos comerciais.
- As garantias exigidas pelas instituições de microcrédito são as mais simples e de acordo com as condições dos pequenos empreendimentos. Dessa forma, solicitações de garantias reais (patrimônio) são raras. As formas mais praticadas são o aval solidário (grupo de pessoas que tomam crédito e prestam aval solidariamente) e o aval individual, sendo este geralmente representado por um avalista ou pessoa conhecida.
- Os prazos de pagamento geralmente são curtos e sempre ligados à finalidade do financiamento e ao fluxo de caixa da atividade empresarial. Exemplos: Financiamento de Capital de Giro, de acordo com o giro das mercadorias ou da produção e comercialização. Nos casos de investimentos

em máquinas, os prazos poderão ser mais longos na medida da capacidade de retorno financeiro do investimento.

- Os prazos para liberação dos recursos variam de instituição para instituição. No entanto, o crédito é muito rápido, pois se busca permitir que o cliente aproveite a oportunidade de negócio.

- Exigências de documentos e de outras burocracias dependem de normas de cada instituição. No entanto, o microcrédito é caracterizado pela simplicidade e agilidade na análise, aprovação e liberação dos recursos.

- O Agente de Crédito visita o empreendimento financiado e acompanha a aplicação dos recursos e o desenvolvimento do negócio. Nessa oportunidade, o empreendedor poderá receber orientação quanto às práticas básicas para uma boa administração dos recursos e do negócio (SEBRAE, 2004). No caso das cooperativas, a figura do agente de crédito não é utilizada.

4.2.3 Microcrédito na Colômbia

Na Colômbia, o conceito de microcrédito é estabelecido pela Lei 590, de 2000, que o define como “conjunto de operações ativas de crédito outorgadas a microempresas cujo saldo de endividamento com a respectiva entidade não supere os 25 salários mínimos legais vigentes (s.m.l.v.)”, aproximadamente USD\$ 5.000. Entende-se o microcrédito como créditos de valor não superiores a 25 s.m.l.v., cujos destinatários são as pessoas marginalizadas do sistema financeiro tradicional e pequenos produtores rurais, que dedicam os recursos a atividades produtivas. Esse conceito se localiza em atividades do setor produtivo rural como a agricultura, atividades pecuárias, agroindustriais e microempresas rurais, entre outras.

A partir do ano de 2007, a taxa máxima do microcrédito independe das demais modalidades de crédito, e certifica-se anualmente. A taxa vigente é de 34,7% ao ano, sem prejuízo da possibilidade de cobrança da comissão (ZEA, 2007).

Nos últimos anos, o setor financeiro tradicional fez incursões com sucesso no microcrédito com uma metodologia especializada de crédito escalonado que fomenta a cultura de pagamento e ajuda a fortalecer o vínculo financeiro entre a banca e os segmentos de menores ingressos (GIRALDO, B. et al., 2005).

De acordo com o Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia – DNP, durante o ano de 2005 os desembolsos de microcrédito incrementaram em 96% e 39% em relação a 2003 e 2004, respectivamente, incluindo recursos do setor bancário, organizações não-governamentais e outros redescontos realizados por outras entidades. De igual forma, as micro, pequenas e médias empresas se constituem em 99% do total das empresas que existem no país, o que justifica o fato de gerarem 63% do emprego e 37% da produção do país. Sabe-se, igualmente, que as microempresas são, em sua maioria, empresas familiares pertencentes às classes menos favorecidas da população colombiana (DNP, 2006).

Tal como afirmou o Departamento Nacional de Planejamento,

O impulso à micro, pequena e média empresa contribui à democratização da propriedade e permite avançar para o objetivo de construir o país de proprietários. O propósito do Governo é propiciar o rendimento de novos atores econômicos, mais competitivos e integrados aos mercados nacionais e internacionais (DNP, 2006).

A geração de novos empregos e o melhoramento da qualidade de vida são também resultados esperados diante da estratégia de dar estímulo com crédito e assessoria aos microempresários do país.

O objetivo da política pública do governo colombiano foi institucionalizar a “Banca das Oportunidades”, com a finalidade de criar condições necessárias para facilitar as populações que geralmente foram excluídas o acesso ao sistema financeiro formal, diante da provisão de crédito e outros serviços financeiros. Os segmentos da população a que foi dirigida essa política são: famílias de menores recursos, micro, pequenas e médias empresas e empreendedores (ZEA, 2007).

Os intermediários financeiros numa economia capitalista permitem o equilíbrio no mercado de crédito, porque identificam as unidades

econômicas que têm excesso de liquidez e as que necessitam de recursos ou unidades deficitárias.

No processo de intermediação existe a transferência de dinheiro entre os poupadores e os investidores que dinamizam a economia, para o qual intermediários financeiros jogam um papel importante, já que são agentes encarregados de captar fundos para colocá-los como microcrédito e podem classificá-los em tradicionais e não-tradicionais.

Os intermediários financeiros tradicionais são as entidades bancárias públicas ou privadas que manejam linhas de microcrédito dentro de seus serviços. Esses serviços se caracterizam por empregar mecanismos bandeira de aprovação de créditos que buscam minimizar o risco de não pagamento e maximizar os ganhos da entidade.

As vantagens dos bancos perante as cooperativas dizem ao respeito a infra-estrutura, regulação e experiência no manejo de temas financeiros. Sua desvantagem radica no alto custo que implica emprestar o serviço de microcrédito devido ao fato de que essas entidades não são úteis para o microcrédito em razão de alto custo dos processos que utilizam a concessão e administração dos empréstimos para esse segmento do mercado e as dificuldades para garantir adequadamente os créditos concedidos (FUNDAÇÃO CORONA, FUNDAÇÃO FORD e UNIANDES, 2004).

Os intermediários financeiros não tradicionais se caracterizam pelo funcionamento e uso de tecnologias de crédito adequadas para agentes que não têm acesso aos serviços financeiros tradicionais. Devem ser viáveis financeira e socialmente e sustentáveis no tempo. Dentro da linguagem das microfinanças, os agentes não-tradicionais que oferecem o serviço de microcrédito são as denominadas instituições microfinanceiras – IMF. Nos anos de 1980, tomam força em nível mundial essas instituições, quando se relacionou aos pobres com mulheres microempresárias que não tinham ativos para dar em garantia (BARONA, 2004).

Segundo Gulli (1999), a principal vantagem das IMFs é sua adaptação a condições e características particulares dos clientes marginalizados do sistema financeiro, além de estabelecer uma relação muito próxima com o agente de crédito, em que o contato direto, o conhecimento da honestidade e a reputação pessoal se convertam numa garantia de reembolso dos

créditos. Suas debilidades são a falta de institucionalidade e regulação para que sejam auto-sustentáveis. Dentro das IMF, encontram-se as entidades de economia solidária como as cooperativas e as organizações não-governamentais (ONGs), que desempenham papel importante no desenvolvimento do microcrédito na Colômbia.

As IFMs recebem recursos de agentes exógenos que os proporcionam com o objetivo de expandir a oferta de microcrédito, sendo essas entidades multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, o governo local e Estadual, ONGs e a Comunidade Européia (GULLI, 1999).

Existem três grupos de IMF na Colômbia: os estabelecimentos de crédito; as cooperativas de poupança e crédito e multiativas, com seção de poupança e crédito; e as ONGs. As cooperativas de poupança e crédito se submetem a uma regulação com parâmetros semelhantes a instituições financeiras tradicionais, mas estão supervisionadas pela superintendência da economia solidária.

4.3 Caracterizações das cooperativas estudadas

A descrição das cooperativas de ambos os países foi feita com base em documentos disponibilizados por elas mesmas e em relatos dos seus gestores.

4.3.1 Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé Ltda. – CREDIMUR

A Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé Ltda. está localizada no Município de Muriaé, pertencente ao Estado de Minas Gerais, Brasil, apresentada na Figura 3. Foi fundada em 16 de setembro de 1989 e iniciou suas atividades em 11 de março de 1993.

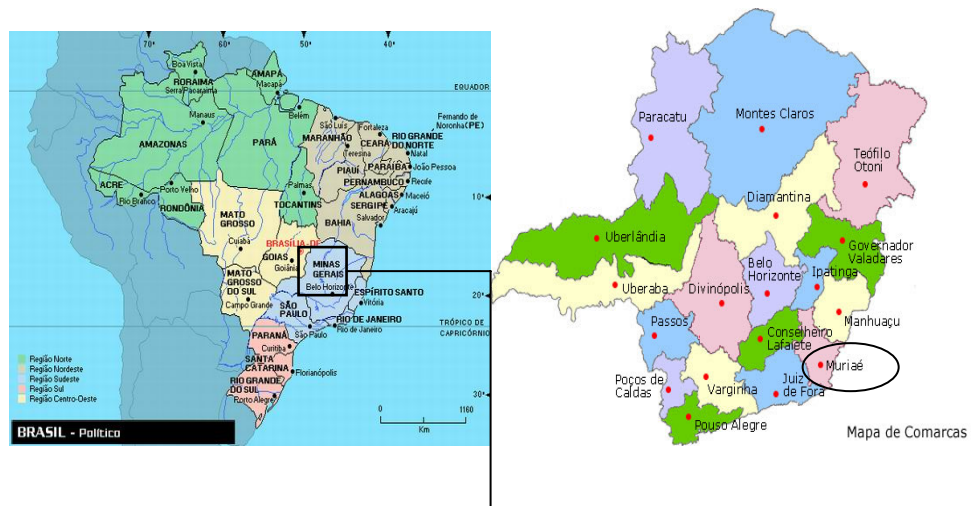


Figura 3 – Mapa de Muriáé, Minas Gerais, Brasil

De acordo com o relato do gestor E1, a cooperativa enfrentou dificuldades na fase inicial, tendo que passar por muitas turbulências e instabilidade.

De acordo com E1, de 1993 a 1995 a cooperativa estava ligada à cooperativa de produção. Em 1995, os problemas administrativos se agravaram, o que resultou no afastamento da então Diretoria, sendo necessário dar posse a um novo comando, que permanece até a data atual.

A cooperativa, até o ano de 2003, foi meramente de crédito rural, mas a partir de 2004 o Banco Central a autorizou a operar como cooperativa de livre admissão, o que implica atender qualquer pessoa de qualquer segmento, incluindo pessoa jurídica. Tem como missão assegurar aos associados e suas comunidades, por meio de cooperação, soluções financeiras e de serviços, compromissadas com seu desenvolvimento econômico e social. De acordo com o gestor, a prioridade da cooperativa são as pessoas, e o foco é o social. Entretanto, não significa que o aspecto financeiro não é importante, o que ocorre é a busca pelo equilíbrio entre o social e empresarial.

Na atualidade, a cooperativa conta com um número de 80 funcionários, entre colaboradores efetivos e estagiários, esparsos nos 13 PACs. Com o objetivo de garantir a qualidade nos serviços prestados, dá-se prioridade à admissão de pessoas que estejam cursando o terceiro grau ou já graduadas.

No que se refere aos associados, atualmente o número já ultrapassa 7.000, que se encontram espalhados em 11 municípios do leste da Zona da Mata mineira, como Ubá, Ervália, Canaã, Algenópolis, Minadouro, Santana de Cataguases, Miraí, Rosário da Limeira e outros. O número de agências chega a 13, e a sede principal está localizada na cidade de Muriaé.

Para dar maior cobertura aos associados, a cooperativa conta com cartão de crédito com bandeira própria, o CABAL.

O volume de recursos emprestados pela cooperativa, no total de suas operações de crédito, durante o ano de 2007, foi de aproximadamente 12 milhões de dólares, para um número de 5 mil operações de crédito, em que a média por operação é de US\$2.400,00.

As operações bancárias com que a cooperativa trabalha, especificamente, são as mesmas que os bancos oferecem: cheque especial, empréstimos, financiamento de bens e outros.

Para a aprovação do crédito, as solicitações são analisadas pelo comitê de crédito, que está formado pelo gerente-geral da agência local, gerente de carteira e gerente-administrativo da agência principal (Muriaé). Os gerentes avaliam se as garantias exigidas são atendidas, aprovando ou não o crédito.

As garantias exigidas pela cooperativa são: demonstração de renda, comprovação de capacidade de pagamento. No caso da linha micro-empresarial, a garantia exigida é o penhor do objeto comprado que fica registrado em nome da cooperativa até o término da operação.

O valor mínimo emprestado pela cooperativa, para qualquer operação de crédito, é de 279 dólares, e o limite de empréstimo corresponde a 15% do Capital Social da cooperativa, de acordo com o artigo 32 da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN (BACEN) 3.442, de 28 de fevereiro de 2007. A mesma Lei aponta que o associado não pode ter como capital próprio mais de um terço do capital social da cooperativa.

Quando o crédito outorgado pela cooperativa é obtido por meio de repasse de outras instituições financeiras governamentais, a cooperativa não é obrigada a cumprir esses limites, e o critério que as instituições repassadoras exigem para a cooperativa é que os créditos sejam pulverizados, visto que, quanto mais pulverizados, menos riscos a

cooperativa têm com a inadimplência, que segundo o gestor é o maior problema dessa carteira. A cooperativa também conta com recursos próprios, que são obtidos por meio dos aportes e dos depósitos à vista.

A cooperativa aplica os créditos tanto no setor rural quanto no setor comercial. No setor rural, os créditos oferecidos são subsidiados pelo governo, e a carteira trabalhada é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O Pronaf é um programa do governo brasileiro, criado em 1995, pela Resolução 2.191 do Banco Central do Brasil, e instituído em 1996. Destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. O programa está restrito aos produtores familiares, e os principais critérios para o seu enquadramento são: área inferior a quatro módulos rurais; predominância do trabalho familiar na exploração do estabelecimento; obtenção da renda familiar, em diferentes proporções mínimas, dependendo do grupo de beneficiário do Programa, na exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento agrícola; e manutenção da residência no próprio estabelecimento ou em local próximo.

As taxas praticadas pela cooperativa variam de acordo com a carteira que esteja trabalhando. No caso dos créditos de Pronaf, de acordo com o gestor as taxas trabalhadas são de 4%, 6,75% e 9% ao ano. Da mesma forma, as taxas praticadas pela cooperativa variam também, sendo a mais utilizada a de 9,50% ao ano. Os empréstimos não têm período de carência, e a sua duração é até 48 meses. No caso dos créditos subsidiados, a duração é de, no máximo, 12 meses.

Para o microcrédito ofertado ao setor rural, de acordo com imposições do governo, as cooperativas devem manter um acompanhamento para se certificar da correta aplicação do recurso. No entanto, para os créditos destinados ao setor comercial não há exigências para o acompanhamento, e este não é realizado.

No que se refere aos associados, atualmente o número já ultrapassa 4.000, que se encontram espalhados no Estado de Caldas e na capital do Estado, Manizales, na região da zona cafeeira.

O volume de recursos emprestados pela cooperativa no total de suas operações de crédito, durante o ano de 2007, foi de aproximadamente 1,5 milhão de dólares, para um número de 1.700 operações de crédito, em que a média de empréstimo é de US\$882,35 por operação.

Dentre as operações bancárias com que a cooperativa trabalha, especificamente, estão poupança e crédito e depósitos de poupança a término – CDATs.

Para a aprovação do crédito, as solicitações são analisadas pelo comitê de crédito, que se reúne uma vez por semana, todas as quintas-feiras. O comitê e o conselho de administração avaliam se as garantias exigidas são atendidas e aprovam ou não o crédito. Quando os créditos são de valor mais expressivo, são avaliados apenas pelo conselho de administração.

Os documentos exigidos pela cooperativa para empréstimos de baixo valor são: xérox da carteira de identidade, certificação de trabalho, xérox de serviços públicos, referência pessoal e familiar, certidão de câmara de comércio (se houver), e comprovação de renda. Quando se trata de valor mais expressivo, a cooperativa solicita a garantia real, como penhor de um bem. É importante ressaltar que não há necessidade de possuir negócios formais para obtenção de crédito.

Não há valor mínimo a ser emprestado, observando-se apenas o limite de empréstimo que corresponde, aproximadamente, a US\$ 6 mil dólares.

Os créditos outorgados pela cooperativa são recursos obtidos por meio dos associados, no momento de sua afiliação e de aportes, e é através dos aportes e da rotação de carteira que pode ser possível emprestar aos associados.

A cooperativa aplica o crédito no setor comercial e, de acordo com o gestor, não trabalha com programas do governo destinados para o

microcrédito¹⁴ no setor rural, devido ao fato de que a legislação colombiana estabelece que só podem aceder aos recursos as cooperativas supervisionadas pela Superintendência Financeira da Colômbia¹⁵, medida tomada pelo governo depois da crise de 1998, em que as cooperativas tiveram problemas financeiros.

As taxas praticadas pela cooperativa variam de acordo com a carteira com que esteja trabalhando. De acordo com o gestor, as taxas anuais são de 18; 18,95; 18,97; e 22,50% ao ano, sendo a mais utilizada a de 18,95% ao ano. As taxas variam a cada trimestre, de acordo com as disposições que fixa a Superintendência da Economia Solidária¹⁶. Os empréstimos não têm período de carência, e a duração dos créditos varia de 1 a 48 meses.

Para o microcrédito ofertado, de acordo com o gestor os associados têm capacitação permanente, por meio de convênios com outras entidades.

4.3.3 Fatores convergentes e divergentes entre as cooperativas estudadas

A análise comparativa foi realizada com base nos documentos disponibilizados pelas cooperativas e com base nas entrevistas realizadas com os gestores de cada cooperativa, o que permitiu caracterizar essas instituições e, assim, comparar algumas variáveis, tal como é demonstrado na Tabela 2.

No que se refere ao número de empregados, as cooperativas diferem nessa variável, em que a COOPSOCIAL apresenta, no seu quadro, apenas 13% do número de funcionários da CREDIMUR.

¹⁴ Banca das oportunidades e correspondentes não bancários.

¹⁵ Supervisiona o sistema financeiro colombiano com o objetivo de preservar sua estabilidade, seguridade e confiança, assim como promover, organizar e desenvolver o mercado de valores colombiano e a proteção dos investidores, poupadores e assegurados.

¹⁶ A Superintendência da Economia Solidária foi criada por meio da Lei 454, de 1998, com o objetivo de supervisionar a atividade financeira do cooperativismo e sob os serviços de poupança e crédito dos fundos de empregados e associações mutuárias.

Tabela 2 – Fatores convergentes e divergentes entre as cooperativas estudadas

Variáveis	CREDIMUR (Brasil)	COOPSOCIAL (Colômbia)
Empregados (quant)	80*	10
Associados (quant)	7.000	4.171
Operações (tipo)	Banco comercial	Poupança, CDAT's e crédito
Perfil dos associados	Livre admissão	Livre admissão
Recursos disponíveis	Próprios Repasse de outras instituições Subsídios para setor rural (Pronaf)	Próprios
Avaliação do crédito	Comitê de crédito	Comitê de crédito
Recurso emprestado (2007)	12 milhões de dólares	1.5 milhão de dólares
Operações de crédito (2007)	5 mil	1 mil e 700
Garantias	Comprovante de renda Capacidade de pagamento Garantia real (penhor)	Comprovante de renda Referência pessoal Garantia real (penhor)

Fonte: Dados da pesquisa.

*Número entre empregados e estagiários espalhados nos 13 postos de atendimento cooperativo – PACs.

Outra semelhança que deve ser considerada é a titulação dos empregados, visto que as cooperativas brasileiras e colombianas buscam vincular pessoas que se encontram cursando graduação ou que já são graduadas.

As cooperativas estudadas também diferem no número de associados, sendo que a CREDIMUR conta com quase o dobro da COOPSOCIAL.

Em ambas as cooperativas, pode-se observar que não há restrições para se vincular a elas, pois são de livre admissão.

Quanto aos recursos de que dispõem as cooperativas para empréstimo, de acordo com o Quadro 3 são: próprios e provenientes dos aportes dos associados, da rotação de carteira e dos depósitos à vista. No caso da cooperativa brasileira, também faz parte de seus recursos os repasses de instituições governamentais direcionadas para o crédito rural, especificamente.

Com relação à variável estudo do crédito, em ambas as cooperativas foi possível perceber a existência de um comitê de crédito para a revisão e aprovação das solicitações.

Conforme demonstrado no Quadro 3, as cooperativas diferem quanto ao volume emprestado e ao número das operações de crédito, em que, no caso da cooperativa brasileira, os créditos do pronaf, podem estar influenciando os números o que no acontece na cooperativa colombiana.

Quanto as garantias exigidas para a aprovação dos empréstimos, para ambas as cooperativas o importante é comprovar renda e demonstrar capacidade de pagamento.

4.4 Caracterização dos negócios dos associados

Com o objetivo de melhor caracterizar o microcrédito oferecido pelas cooperativas selecionadas para estudo, buscou-se caracterizar os negócios dos associados, tomadores de crédito, bem como identificar, na percepção dos gestores e dos associados, as contribuições do microcrédito para os beneficiados.

Para tanto, entre os meses de novembro e dezembro de 2007 foram aplicados questionários aos tomadores de empréstimos das cooperativas CREDIMUR, no Brasil, e COOPSOCIAL, na Colômbia, obtendo-se um retorno de 60 e 52 questionários, respectivamente. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os gestores das cooperativas.

Para analisar os dados oriundos dos questionários, foi utilizada a análise quantitativa, sendo: análise exploratória de dados, análises cruzadas e teste t. Com relação aos dados oriundos das entrevistas, foi realizada a análise qualitativa, por meio da técnica análise de conteúdo.

Os resultados da análise exploratória de dados estão apresentados nos tópicos Fatores Comuns e Fatores Divergentes. Posteriormente, nos tópicos 3 e 4 encontram-se, respectivamente, as análises cruzadas, assim como o teste de qui-quadrado e a análise pelo teste T.

4.4.1 Fatores comuns

Ao realizar a análise exploratória dos dados, foi possível identificar variáveis que representam pontos comuns entre as cooperativas do Brasil e da Colômbia no que se refere aos negócios dos associados, conforme demonstrado na Tabela 1.

Na Tabela 3, é possível observar que, dos associados das cooperativas do Brasil e da Colômbia, que foram beneficiados com o microcrédito, 100% possuem pequenos negócios¹⁷, em que porcentagem significativa dos empréstimos ofertados é de baixo valor, ou seja, até 5.000 dólares, com base na Lei 590, de 2000, estipulada pela legislação colombiana.

Tabela 3 – Fatores comuns às cooperativas e aos negócios dos seus associados

Variáveis	Brasil	Colômbia
Pequenos negócios	100%	100%
Empréstimos		
até 5.000 dólares	68%	98%
acima de 5.000 dólares	32%	2%
Taxa de juros praticados		
Inferior ao mercado	75%	94%
Igual ou superior ao mercado	25%	6%
Garantias		
Avalistas	88,3%	98,1%
Outras	11,7%	1,9%
Finalidades do empréstimo		
Capital de giro	32%	77%
Melhoramento das instalações	47%	-
Outras	-	23%
Avaliação do crédito		
Melhor que o do mercado	96%	98,1%
Igual ao do mercado	4%	1,9%

Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁷ Caracterizada como pessoa jurídica e firma individual, e, no que se refere ao número de empregados, este pode ser até cinco, considerados para pesquisa.

Observou-se, ainda, em entrevista com os gestores das cooperativas, que as pessoas tomadoras de empréstimos pertencem a classes marginalizadas do sistema financeiro tradicional, por não ter garantias reais, exigidas pelos bancos, para consecução do empréstimo.

Com essa constatação, pode-se perceber que o perfil das pessoas beneficiadas com o crédito está em consonância com o pretendido na política de microfinanças dos países.

Ainda no que se refere ao perfil dos potenciais usuários do microcrédito, segundo Rosa (1998) são aqueles que atuam na informalidade, que utilizam poucos trabalhadores, sendo estes familiares e assalariados não registrados, que não possuem estrutura administrativa formal, o que auxilia o entendimento da tomada de empréstimo de pouco vulto. Além disso, é possível inferir que a taxa praticada pelas cooperativas, para atender à linha de microcrédito, é mais atrativa para os associados. Observa-se que 75 e 94% dos tomadores de empréstimo às cooperativas do Brasil e da Colômbia, respectivamente, consideram a taxa praticada menor, se comparada com a praticada pelos bancos tradicionais. Outro aspecto que torna o microcrédito atrativo é a rapidez na concessão do empréstimo, pouca burocracia e taxas diferenciadas, dependendo do tipo de negócio.

No que se refere às garantias exigidas para liberação do empréstimo, observa-se que em ambos os países, para assegurar a liberação dos créditos, é exigido um avalista, ou seja, pessoa que se compromete com o pagamento da dívida no caso de o associado não honrar com o compromisso.

Com relação às finalidades dos empréstimos, percebeu-se que em ambos os países estão sendo utilizados para capital de giro, tendo na Colômbia representatividade maior (77%). No Brasil, apenas 32% dos associados utilizam o crédito para capital de giro, sendo mais comum (47% dos respondentes) utilizá-lo para investir no melhoramento da instalação.

Essa afirmação se justifica pelo fato de que os negócios dos associados da cooperativa brasileira estão representados pela atividade agropecuária, o que não acontece na Colômbia, que, apesar de estar caracterizada como uma região eminentemente agrícola, mostrou a predominância de atividades do ramo comercial, industrial e de serviços,

justificada pelo fato de que a cooperativa não está vinculada a programas do governo para ofertar na agricultura, o que é realizado pelo Fundo para o Financiamento do Setor Agropecuário¹⁸ – FINAGRO e pelo Banco Agrário¹⁹.

Para perceber a satisfação dos tomadores de empréstimo, buscou-se identificar como os associados o avaliam. Notou-se que a maioria, 97%, considera que o crédito oferecido pelas cooperativas de ambos os países, é melhor que o ofertado por outras instituições financeiras.

4.4.2 Fatores divergentes

Assim como se buscou identificar os fatores convergentes, na Tabela 4 são apresentados os principais aspectos divergentes entre as cooperativas do Brasil e da Colômbia, relacionados aos negócios dos beneficiários do microcrédito.

Primeiramente, pretendeu-se identificar o ramo de atividade dos tomadores de empréstimo. Surpreendentemente, notou-se que a cooperativa da Colômbia, apesar de estar inserida numa zona agrícola, apenas 2% dos recursos foram destinados para o setor agropecuário. No entanto, percebeu-se que parte significativa da linha de microcrédito, repassada para os associados da cooperativa da Colômbia, é direcionada para o setor de serviços, como lanchonete, restaurante e oficina mecânica, o que no Brasil não foi identificado.

Na cooperativa brasileira, quase que na sua totalidade, os créditos são direcionados para o setor agropecuário, especificamente para leite, gado e suinocultura, o que é justificado pelo fato de a cooperativa trabalhar a carteira de Pronaf, sendo este um programa governamental específico para a agricultura familiar, justificando as taxas de juro baixas, diferenciadas para este ramo de atividade.

Em razão do tipo de atividade que prevalece nos pequenos negócios dos entrevistados brasileiros, observou-se grande porcentagem de

¹⁸ É um banco estatal criado para financiar o setor agropecuário, nas atividades agrícolas, pecuárias e qualquer que tenha relação com o setor rural.

¹⁹ É uma entidade financeira estatal, criada com o objetivo principal, mas não exclusivo, de prestar serviços bancários ao setor rural, com autorização para financiar atividades rurais, agrícolas, pecuárias, pesqueiras, florestais e agroindustriais, e em geral para atender às necessidades financeiras nos setores rural e urbano.

proprietários do sexo masculino, correspondendo a 90%. Já na Colômbia, onde os negócios são diversificados, não há predominância da variável sexo entre os proprietários dos negócios, estando em convergência com o que está acontecendo no mundo, em que a equidade de gênero é importante para o acesso ao mercado produtivo, de maneira igualitária tanto para homens quanto para mulheres.

Com relação ao número de empregados, verificou-se que nos negócios dos associados à cooperativa colombiana, no transcurso do tempo, o número de empregos não se alterou, ou seja, não foram desvinculados nem contratados novos empregados, o que permite inferir que, na Colômbia, os empréstimos concedidos pela cooperativa estão contribuindo para a manutenção desses trabalhadores.

É possível que o oposto tenha ocorrido no Brasil, visto que se observa na data atual, o dobro do número de empregados, em comparação com o número observado no momento de início das atividades, o que permite inferir que os investimentos nos pequenos negócios estão gerando novos empregos. Os negócios dos associados à cooperativa brasileira necessitam de mais mão-de-obra para a sua sustentação, com relação à atividade agropecuária.

No Brasil, entretanto verificou-se número inferior de empregos formais, ou seja, menos carteiras assinadas, o que também pode ser justificado pela contratação de empregados temporários.

Grande discrepância foi notada quando se solicitou informação sobre o serviço de contabilidade. Observou-se que, no Brasil, 86% do total dos respondentes beneficiários do microcrédito terceirizam esse serviço, enquanto na Colômbia apenas 67% do total dos respondentes dispunham de contabilidade, em que 9% terceirizam-na e o restante (58%) é feito pelo próprio dono.

Tabela 4 – Fatores divergentes das cooperativas e dos negócios dos seus associados

Variáveis	Brasil	Colômbia
Ramo de atividade		
Indústria e comércio	3%	65%
Agropecuária	97%	2%
Serviços	-	33%
Atividade		
Bovinocultura (leite e gado)	92%	2%
Suinocultura	3%	-
Café	2%	-
Confecções	3%	4%
Comércio varejista (vestuário e cosméticos)	-	13%
Serviços (lanchonete, oficina mecânica, restaurante)	-	23%
Padaria	-	4%
Outros (diversificado)	-	54%
Sexo dos proprietários		
Homens	90%	50%
Mulheres	10%	50%
Empregados		
No início do negócio		
0, 1 e 2 empregados	73%	-
1, 2	-	88%
Atualmente		
2, 3, 4 e mais de 5 empregados	76%	-
1, 2	-	88%
Empregados formais	72%	85%
Serviço de contabilidade		
Terceirizado	86%	9%
Não efetuam	12%	33%
Efetuada pelo dono	2%	58%
Valor médio emprestado (dólar)	5.763	1.790
Pagamento dos empréstimos		
Curto prazo - até 12 meses	92%	25%
- de 14 a 16 meses	-	6%
Longo prazo (mais de 18 meses)	8%	69%
Proporção das taxas de juros	75%	195%
Apoio gerencial recebido		
Atividade agropecuária	58%	Não tem
Outras atividades	Não tem	Não tem

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao volume de recursos disponibilizados, nota-se que o valor médio emprestado aos associados da cooperativa CREDIMUR (Brasil) foi de 5.763 dólares, muito maior que o oferecido pela COOPSOCIAL (Colômbia), que corresponde a 1.790 dólares. Tal fato pode estar relacionado ao tipo de créditos ofertados pela CREDIMUR, pois são, na sua maioria, recursos do programa Pronaf, subsidiados pelo governo e com baixas taxas de juros para o setor agropecuário.

Os entrevistados brasileiros afirmaram que a utilização do crédito quase sempre é para capital de giro e cobertura de caixa, sendo portanto, um crédito de curto prazo. Isso confirma a teoria sustentada por Leoni (1997) de que o crédito, no curto prazo, é utilizado para compra de insumos necessários à atividade operacional, para cobertura de caixa e para capital de giro, entre outros.

Já na Colômbia os créditos são outorgados de acordo com a quantidade de aportes que o associado tem na cooperativa, e predomina o pagamento no longo prazo, para 69% dos casos.

Quanto à proporção das taxas de juros aplicadas nos países pelas cooperativas, pode-se observar que a taxa de juros no Brasil corresponde a 75% da taxa Selic²⁰ e, na Colômbia, corresponde a 195% da taxa de referência para a economia colombiana²¹, o que significa que na Colômbia o custo de empréstimo é maior e justifica-se pelo fato de que a cooperativa colombiana não conta com programas subsidiados pelo governo destinados ao microcrédito rural.

Quanto ao apoio gerencial, requisito indispensável ao microcrédito, notou-se que a cooperativa da Colômbia não o fornece aos seus associados, apenas realizam palestras sobre manejo dos negócios. No Brasil, o panorama é outro, posto que a cooperativa fornece apoio gerencial àqueles que possuem negócios no setor agropecuário, o que é exigido pelo governo brasileiro. Entretanto, notou-se que, apesar da exigência do governo, alguns

²⁰ Taxa de referência definida pelo Banco Central do Brasil, relativo à correção a ser aplicada sobre o capital depositado pelo investidor nos bancos ou instituições financeiras. A taxa utilizada é referente ao mês de março de 2008.

²¹ Taxa básica da economia colombiana, referente ao mês de março de 2008.

beneficiários não estão sendo contemplados com a assistência técnica ou não solicitaram esse apoio.

De acordo com a opinião dos entrevistados E1 e E2, gestores das cooperativas que ofertaram os créditos, a falta de assistência técnica e gerencial pode ser um fator que dificulta o desenvolvimento do empreendimento, a menos que o proprietário tenha forte cultura empresarial. Segundo eles, o que ocorre é que o empreendimento proporciona aos proprietários renda e estabilidade, mas gera pouco emprego, conforme pode ser percebido na fala do E1.

[.....] como não têm a cultura do negócio, eles investem o dinheiro em outras coisas que não são do empreendimento, e como não são fiscalizados não têm a necessidade de investir em seu empreendimento (E1).

Outra variável que demonstra discrepância entre os negócios vinculados às cooperativas é o tempo de existência deles.

De acordo com os dados disponibilizados no Gráfico 1, pode-se verificar que, no Brasil, a maioria das empresas se encontra no mercado há cinco anos ou mais, ao passo que, na Colômbia, foram iniciados num tempo inferior a cinco anos.

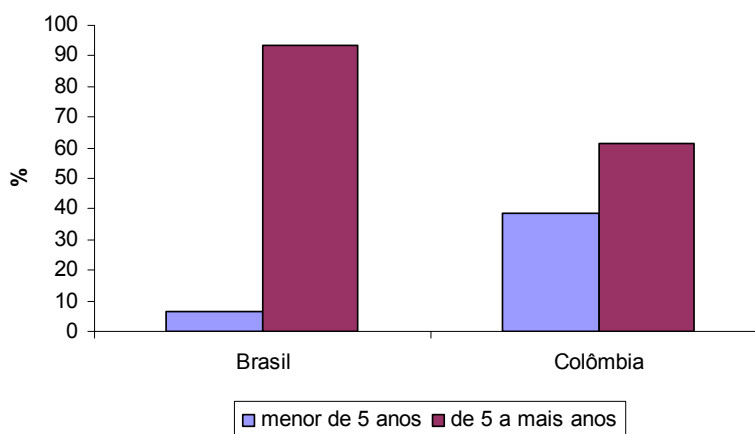


Gráfico 1 – Tempo da existência dos pequenos negócios.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4.3 Análise das variáveis dos negócios dos associados às cooperativas

Ainda com o objetivo de identificar fatores convergentes ou divergentes entre os negócios dos beneficiários do crédito, relacionados às cooperativas estudadas, aplicou-se o test t, comparando as médias das variáveis dos países para rejeitar ou aceitar a hipótese nula, ou seja, as médias dos países são estatisticamente iguais.

Observa-se, na Tabela 5, que para a variável empregados (que se encontram atualmente vinculados aos negócios) a média da cooperativa brasileira é maior que a da Colômbia, o que permite inferir que os negócios dos associados à cooperativa brasileira empregam mais que a colombiana e, assim, incentiva mais a geração de emprego. De igual forma, o tempo médio de existência dos negócios da cooperativa brasileira é maior que o da Colômbia.

Tabela 5 – Análises pelo teste T

Variável	Brasil	Colômbia	Test t	≠ media	Sig.
Empregados (atualmente)	5,93	2,40	2,226	3,529	,028
Tempo de existência	4,83	3,81	5,355	1,026	,000
Idade	53,47	45,56	3,387	7,909	,001
Experiência na atividade	27,00	13,67	6,002	13,327	,000
Valor (dólar)	5763,33	1789,92	9,379	3973,41	,000
Taxa média anual de juros	8,4%	19%	-73,178	-10,577	,000
Duração do empréstimo (meses)	12,08	22,73	-7,481	-10,647	,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar também que as médias relativas às idades dos proprietários dos negócios no Brasil são maiores do que os da Colômbia, podendo estar indicando que os gestores brasileiros são pessoas mais experientes, o que também pode ser verificado ao comparar as médias da variável experiência na atividade.

Ao analisar as médias do valor emprestado, em dólar, pôde-se observar que a cooperativa brasileira está emprestando mais que a colombiana, o que pode ser justificado pela disponibilidade de recursos de

programas governamentais direcionados ao setor agropecuário, como é o caso do Pronaf, em que as taxas médias de juros praticadas na cooperativa brasileira são menores que na colombiana.

A Colômbia também supera o Brasil nas médias referentes à duração dos empréstimos, o que já era de se esperar, visto que na cooperativa brasileira predominam os créditos subsidiados pelo governo para o setor agropecuário, realizados no curto prazo (12 meses).

4.4.4 Relação entre variáveis

Após identificar os fatores comuns e divergentes entre os negócios praticados pelos associados das cooperativas, realizaram análises cruzadas para obter um grupo de variáveis que possuam relação, em nível de significância de 10%, conforme demonstrado na Tabela 6.

Ao analisar as variáveis ramo de atividade e sexo, observou-se que em ambos os países as variáveis são dependentes, ou seja, existe uma relação entre o tipo de negócio a que se dedica o proprietário e o seu sexo.

Tabela 6 – Análises cruzadas e qui-quadrado

Variáveis Cruzadas	Test X ²	
	Brasil	Colômbia
Sexo x Ramo de atividade	0,000	0,010
Faturamento x Valor emprestado	0,063	-
Valor emprestado x Garantias	0,265	0,010
Tempo de afiliação à cooperativa x Valor emprestado	0,975	0,094
Idade x experiência na atividade	0,313	0,001
Taxa de juros* x avaliação do microcrédito	0,016	0,749
Número de empregados atuais x carteira assinada	0,000	0,000
Finalidade do empréstimo x principais problemas**	0,001	0,078

* Comparadas com a taxa do mercado.

** Falta de capital (investimento e giro).

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando o faturamento dos negócios com o montante emprestado, observou-se que, no Brasil, as duas variáveis têm relação. No caso da Colômbia, não foi efetuada a análise devido ao fato de que o faturamento dos negócios foi inferior a 60 mil dólares.

Ao relacionar o montante emprestado com as garantias exigidas pelas cooperativas, observou-se que na Colômbia as variáveis são dependentes, pois, quanto maior o valor emprestado, maiores as garantias exigidas, atuando como uma cooperativa numa economia de mercado. No entanto, no Brasil as variáveis são independentes, não têm relação, e as garantias exigidas pelo Programa Pronaf são sempre as mesmas.

Ao analisar o tempo de afiliação dos associados à cooperativa com o montante emprestado, observou-se que, na Colômbia, as variáveis são dependentes, pois, quanto mais tempo de afiliação, maior o montante emprestado. Isso ocorre em razão de os empréstimos realizados pela cooperativa COOPSOCIAL dependerem dos aportes de dinheiro que tem o associado, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde as variáveis são independentes, pois os empréstimos da CREDIMUR são destinados, na grande maioria, ao setor rural, os quais são créditos subsidiados pelo governo e não se leva em conta o tempo de afiliação dos associados à cooperativa.

Comparando a idade dos proprietários dos negócios com a experiência na atividade realizada, pode-se observar que, na Colômbia, em um nível de significância de 1%, as variáveis têm relação, pois, quanto maior a idade das pessoas, mais experientes elas são, o que já era esperado. O contrário ocorre no Brasil, onde as duas variáveis são independentes, não demonstrando ter algum tipo de relação.

De acordo com a opinião dos entrevistados E1 e E2 (gestores das cooperativas), a problemática dos pequenos negócios está centrada na falta de experiência e nos poucos conhecimentos organizacionais que dispõem os associados, beneficiários do microcrédito, que, em grande parte, é devido ao baixo nível de educação, o que prejudica a sustentabilidade dos empreendimentos. De igual forma, a falta de controle por parte da cooperativa e a assistência que se dê ao empreendedor facilitariam o bom manejo dos recursos emprestados. Tal fato pode ser confirmado nos trechos das entrevistas apresentados a seguir:

A pessoa pega o dinheiro e muitas vezes o destino final não foi para o empreendimento, desviam o dinheiro para outras coisas (E1).

[...] muitas vezes os créditos são ofertados para pessoas que na realidade têm pouca perseverança no empreendimento e muitas vezes sucumbem ante momentos de crises (E2).]

[....] os empreendimentos sucumbem por falta de perseverança, de assessoria e de cultura organizacional (E2).

Ao comparar a variável taxas de juros (relação entre a taxa da cooperativa e a dos concorrentes) e a avaliação do microcrédito, verificou-se que, no Brasil, existe relação entre as variáveis, portanto o associado avalia melhor o microcrédito quando considera que este oferece taxas de juros inferiores às do mercado. Já, na Colômbia, as variáveis são independentes.

Na relação entre número de empregados atuais e empregados com carteira assinada, pode-se observar que, em ambos os países, as duas variáveis têm relação, pois, quanto maior o número de empregados, maiores os com carteira assinada, o que demonstra que, com o crescimento do negócio, é possível empregar mais, o faturamento será maior e, conseqüentemente, poderá assinar mais carteiras.

Observou-se também que, ao relacionar as variáveis, finalidade do empréstimo e principais problemas, em ambos os países elas têm relação. Isso porque a falta de capital, que foi o principal problema dos negócios, está representada pela falta de recursos para investimento e giro e, no que se refere à finalidade dos empréstimos, têm-se os mais representativos para capital de giro e para investimento.

4.5 Contribuições do microcrédito na percepção dos associados

Com a finalidade de identificar as principais contribuições do microcrédito, na percepção dos associados beneficiários do crédito foi perguntado se o microcrédito outorgado pelas cooperativas contribuiu de alguma maneira para o desenvolvimento dos negócios.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, 98% dos entrevistados brasileiros consideram que o microcrédito contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento do negócio, em que os fatores mais representativos foram melhoria na produção (25%), manutenção do negócio (20%), melhoramento e ampliação da propriedade (18%) e aumento do capital de giro (17%).

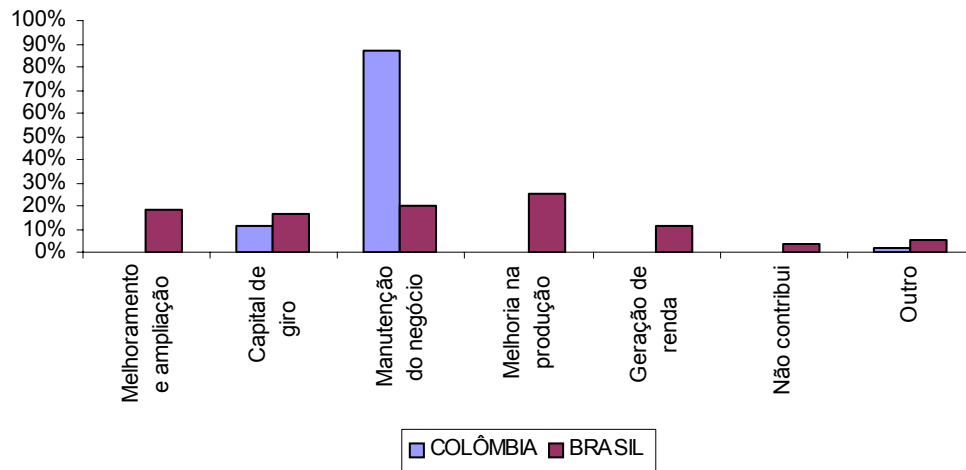


Gráfico 2 – Contribuição no desenvolvimento do negócio.

Fonte: Dados da pesquisa.

No caso da Colômbia, pode-se observar que para 99% dos respondentes o microcrédito contribuiu de alguma forma, sendo os mais representativos manutenção do negócio (87%) e capital de giro (12%).

4.6 Contribuições do microcrédito na percepção dos gestores

Neste subitem são apresentados os resultados das entrevistas com os gestores das cooperativas do Brasil e da Colômbia.

Para o tratamento dos dados das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo à luz da Teoria de Desenvolvimento Econômico e o Crédito, para identificar as contribuições do microcrédito para os beneficiados.

A partir do tema-eixo “contribuições do microcrédito” e utilizando a grade mista, conforme referenciado na metodologia, foram eleitas as categorias: Geração de emprego e renda; Manutenção e criação de novos empreendimentos; e Melhoramento na qualidade de vida dos beneficiários.

Para contribuir com a análise, alguns relatos dos gestores foram inseridos no texto.

Os resultados foram agrupados de acordo com as categorias eleitas.

Geração de emprego e renda

Nesta categoria, observou-se que os entrevistados concordam que, por meio do microcrédito, as pessoas podem investir em seu empreendimento e, conseqüentemente, gerar emprego e renda.

Como afirmou Souza (1999), os investimentos passam a ser estimulados pelo crédito bancário, o que, além de proporcionar benefícios para o pequeno negócio, dinamiza o crescimento econômico, incrementa a formalidade e diminui o desemprego.

Apesar da afirmação de Souza, segundo os entrevistados a maioria dos pequenos negócios se encontra na informalidade, o que pode ser justificado pelo despreparo e pela falta de informação, conforme relatou E1, principalmente no que se refere aos empreendedores rurais.

[.....] têm pessoas dentro do área rural que não tem conhecimentos algum sob o que vai fazer e precisam de assistência técnica para uma boa pratica de manejo e assim obter o retorno que elas esperam (E1).

[...] o que acontece é que têm muitas pessoas na cooperativa que trabalham dentro da economia informal, então são pessoas que não têm a cultura empresarial, mas buscam a sua sustentabilidade (E2).

Os entrevistados indicaram dificuldade em apontar variáveis que possam traduzir formas efetivas de geração de renda, mas não hesitaram em afirmar que não têm dúvidas de que gerar renda é um benefício do microcrédito para o pequeno negócio, conforme se pode constatar na fala do entrevistado E1.

Posso responder com certeza que o microcrédito gera renda, o nosso foco é este, nós trabalhamos para isso. [...] nos damos conta que as pessoas estão gerando renda porque as pessoas estão investindo e temos certeza pela apresentação dos documentos que solicitamos (E1).

A mesma dificuldade foi observada para expressar o benefício de geração de emprego, devido ao fato de que a cooperativa colombiana não faz controle nem seguimento dos negócios dos associados, conforme já relatado anteriormente. Entretanto, o entrevistado E2 afirmou que o microcrédito:

[...] melhora um pouco o emprego da classe mais marginal da população que é nosso foco, pessoas pertencentes aos estratos 1, 2 e 3 e logicamente melhora seu ingresso (E2).

Os entrevistados enfatizaram a importância da criação de novos postos de trabalho para geração de renda e afirmaram que se trata da única maneira de que as pessoas dos estratos 1, 2 e 3, ou seja, pessoas que se encontram nas classes menos favorecidas, que estão expostas a um mundo de poucas opções no mercado de trabalho, podem gerar renda e sair adiante com seus negócios.

Segundo Singer e Ansari (1979), o desenvolvimento precisa de aumento de emprego produtivo, e isso implica aumento da participação dos setores mais pobres da sociedade no produto nacional.

Manutenção e criação de novos empreendimentos

Para os entrevistados, o crédito oferecido aos seus associados é uma das formas de alavancar os negócios de pessoas que não têm emprego formal, mas possuem disposição para o trabalho e para produzir e gerar renda, buscando o bem-estar das suas famílias.

Quando foi solicitado aos gestores que se manifestassem em relação ao resultado obtido com os empréstimos concedidos, estes demonstraram a dificuldade em discorrer sobre esse tema, o que pode ser explicado pela falta de acompanhamento dos beneficiados do microcrédito.

De acordo com o gestor E1, apenas os empreendimentos relacionados com a agropecuária recebem acompanhamento para garantir o sucesso na aplicação dos recursos. Isso porque se trata de investimentos que são subsidiados pelo governo brasileiro que, além de ofertar crédito a taxas mais favoráveis, garante assistência técnica para os agricultores.

Apesar da dificuldade em evidenciar as formas de aplicação dos recursos oriundos do microcrédito, que segundo o gestor E2 está relacionada ao fato de os recursos serem direcionados para a economia de mercado, o mesmo gestor não teme em afirmar que não restam dúvidas de

que se trata de crédito que contribui para a criação e manutenção dos pequenos negócios.

Melhoramento na qualidade de vida dos beneficiários

Nesta categoria, observou-se como os associados, ao investirem no seu pequeno negócio, podem gerar renda e melhorar a sua qualidade de vida e de suas famílias.

De acordo com o relato dos gestores entrevistados, o microcrédito é de extrema importância para os beneficiados, pois os ajuda na criação e manutenção dos seus pequenos negócios e, ainda, aumenta os seus rendimentos, o que, conseqüentemente, implica melhoria na qualidade de vida.

Tal fato pode ser confirmado nas falas dos entrevistados E1 e E2, como segue:

Posso responder com certeza que o empréstimo favorece na formação de empreendimentos e nos damos conta disso com as pessoas que solicitam reiteradamente o empréstimo para linha micro empresarial (E1).

O crédito melhora a qualidade de vida das pessoas, e fomenta a organização empresarial o que implica maior compreensão do empreendimento (E2).

Segundo os entrevistados, o tomador de crédito pode ser qualquer pessoa desde que afiliada à cooperativa, sem distinção de sexo, mas devem possuir empreendimento produtivo, tal como apresentado nos relatos a seguir:

[...] não fazemos distinção, qualquer pessoa tanto jurídicas quanto físicas, obviamente constituída, que tenha uma renda ou um faturamento, nós trabalhamos com ela (E1).

Sempre se atende a totalidade dos créditos e os que foram negados é porque não cumprem com os requisitos exigidos (E2).

Nota-se, nesses relatos, que, apesar do foco financeiro das cooperativas, o fator social encontra-se fortemente presente nessas negociações, sendo esse um diferencial para melhoria ou ampliação de empreendimentos e para melhoria de vida das pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional.

5. CONCLUSÕES

Com este estudo, buscou-se analisar as práticas de microcrédito, realizadas pelas cooperativas CREDIMUR (Brasil) e COOPSOCIAL (Colômbia), para identificar como o microcrédito está sendo ofertado e quais as principais contribuições para os tomadores de crédito.

É importante ressaltar que as cooperativas são organizações que têm e devem ter objetivos econômicos no momento em que estiverem estágio de crescimento econômico, competitividade ou ganho de escala, aliada ao posicionamento em mercados financeiros.

No caso das cooperativas estudadas, ambas estão numa lógica de mercado em que o importante é ampliar a cobertura de serviços financeiros para seus associados, cada vez mais outorgando-lhes segurança e benefícios, cujo papel da organização é dar condições para que a eficiência econômica seja alcançada e retribuída por meio de sobras ao final do exercício revertidas para os associados, que são os proprietários da cooperativa.

Como instituições financeiras, as cooperativas de crédito podem oferecer serviços aos seus associados, como conta corrente, talão de cheques e limite em conta corrente (cheque especial); depósito a prazo cooperativo (espécie de poupança); recebimento de contas; pagamento de funcionários de cooperativas, prefeituras etc.; crédito pessoal; crédito rural com recursos próprios; crédito rural com repasse de recursos oficiais (ou prestação de serviços); desconto de cheques; administração de fundos públicos e fundos rotativos privados. Resumindo, as cooperativas de crédito prestam basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos. Além disso, o atendimento é personalizado, pois o cliente é o associado.

As vantagens das cooperativas em relação aos bancos são facilmente destacadas, sendo que as principais são, quanto as oportunidades de menores taxas nas operações de empréstimos e a possibilidade de os associados se beneficiarem da distribuição de sobras ou excedentes.

As cooperativas contribuem para o desenvolvimento local, dado que a grande parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município. Elas, ainda, têm a possibilidade de criação, a partir das sobras ou excedentes, de fundos para investimentos em ações sociais e de educação para os próprios cooperados.

No Brasil e na Colômbia, a política de microfinanças e especificamente o microcrédito é visto como uma estratégia do governo para dinamizar a economia e diminuir o índice de desemprego e a pobreza. Está sendo ofertado para ampliar o acesso ao crédito e inserir pessoas que estão excluídas dos sistemas tradicionais de crédito, podendo ser considerado como instrumento de inclusão bancária tanto social quanto territorial.

No caso da cooperativa brasileira, esta apresenta para o produtor rural grande vantagem, devido ao fato de outorgar créditos subsidiados pelo governo a seus associados, facilitando o acesso ao crédito e inversão no setor agropecuário, como fonte de obtenção de recursos para eles.

No caso da cooperativa colombiana, não trabalha com recursos do governo para ser aplicado no setor rural, pelo contrario, os recursos com os que conta para todos seus empréstimos são dos próprios associados à mesma.

Na cooperativa CREDIMUR (Brasil), pode-se notar seu estágio de crescimento, em que o número de associados e o número de postos de atendimento cooperativo são maiores e distribuídos estrategicamente, de maneira a chegar a um maior número de pessoas.

Como principais contribuições do microcrédito, tanto na percepção dos gestores quanto dos associados, observou-se que ele foi essencial para propiciar o capital de giro, bem como a manutenção dos pequenos negócios, sendo esses fatores predominantes em ambos os países.

Comparando as características do microcrédito, exemplificado na experiência de Bangladesh, com as do microcrédito praticado pelas cooperativas estudadas, verificou-se que há divergência, pois o praticado não contempla o agente de crédito, não oferece apoio gerencial e não exige como garantia o aval solidário. Isso permite inferir que as cooperativas não são instituições representativas do microcrédito com foco social, mais sim

têm presente o foco econômico, atuando em economia de mercado e realizam ações para viabilizar políticas de governo.

Por fim, apesar de considerar que as cooperativas não são instituições representativas do microcrédito, não há dúvidas de que são instituições de fundamental importância para implementar políticas de governo e promover o desenvolvimento econômico local, que, conseqüentemente, contribuirá para o desenvolvimento do país.

Recomenda-se, em trabalhos futuros, analisar os fatores que influenciam a eficácia e eficiência das cooperativas e as estratégias de mercado que trabalham para ser competitivas e poder se excursionar cada vez mais no mercado financeiro.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. Brasília: BCB, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?microfin>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

ALVES, S. D. S.; DUARTE, de M. A. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?microfin>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 302 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/iseminariomicrofinancas/palestras/06_1p_almada.ppt>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. **Relatório de evolução do sistema financeiro nacional, 2005**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSN200512>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. **Nota técnica: democratização do crédito no Brasil – Principais desafios – atuação do Banco Central**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2007.

BANCO DE LA REPUBLICA, 2003. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/banco/histor4g.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

BANCO DE LA REPUBLICA, 2006. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/banco/le.htm>>. Acesso em: 14 maio 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Programa de microcrédito: normas e procedimentos aplicáveis aos agentes repassadores de microcrédito, 2006**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 2 mar. 2007.

BARONA, B. **El microcrédito en Colômbia**. Cali: Universidad Icesi, 2004.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: BCB, 2002. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br/?microfin>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

BIALOSKORSKI, N. S.; ZYLBERSZTAJN, D. Cooperativismo, economia de empresas e estratégias. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.29, p.7-22, 1994.

BIALOSKORSKI, N. S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BITTENCOURT, G.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA INSTITUTIONAL, 2., 2001, Campinas. **Anais.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Org. de Juarez de Oliveira. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 190 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Artigo 192.** Dispõe sob o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2007.

BRASIL. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964,** promulga a composição do sistema financeiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2007.

BRASIL. **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971,** define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%L5764.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2007

BRASIL. **Lei 9.790, de 23 de março de 1999,** define critérios para qualificação como Sociedade Civil de Interesse Público.

BRASIL. **Medida Provisória 1894/19, de 29 de junho de 1999,** dispõe sobre a constituição e funcionamento de SCM.

BRASIL. **Medida Provisória 1914/4, de 28 de julho de 1999,** isenta as OSCIP e às SCM da Lei da Usura.

BRASIL. **Lei 10.194, de 14 de fevereiro de 2001,** dispõe sobre a instituição de sociedades crédito ao microempreendedor (SCM).

BRASIL. **Resolução 2.627, de 02.08.1999.** Brasília: BC, 1999.

BRASIL. **Circular 2.898, de 20.03.2001.** Brasília: BC, 2001.

BRASIL. **Resolução 2.874, de 26. 07.2001.** Brasília: BC, 2001.

BRASIL. **Circular 2.915, de 19.12.2001.** Brasília: BC, 2001.

BRASIL. **Resolução 3.104, de 25.06.2003.** Brasília: BC, 2003.

BRASIL. **Resolução 3.106, de 25.06.2003.** Brasília: BC, 2003.

BRASIL. **Resolução 3.442, de 28.02.2007.** Brasília: BC, 2007.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Florianópolis: UFSC, 1999. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002. p. 23-50.

CLARK, P.; KAYS, A.J. **Enabling entrepreneurship: micro enterprise development in the United States**. New York: Aspen Institute, 1995.

COLÔMBIA. **Constitución Política de 1991**. Disponível em: <<http://www.uaovirtual.edu.co/mipymes/Documentos/Decretos/LEY%20No%20590%20de%202000.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Ley 31, de 1992**. Por la cual se dictan las normas a las que deberá sujetarse el Banco de la República para el ejercicio de sus funciones. Disponível em: <<http://www.lexbasecolombia.com/lexbase/normas/constitucion%20politica/C%20Art%20150.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Ley 590, de 10 de julio de 2000**. Conocida como Ley MIPYME, para la Promoción del desarrollo de las micro, pequeñas y medianas. Disponível em: <<http://www.lexbasecolombia.com/lexbase/normas/constitucion%20politica/C%20Art%20150.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Artículo 150**. Señala que corresponde al Congreso hacer las leyes. Disponível em: <<http://www.lexbasecolombia.com/lexbase/normas/constitucion%20politica/C%20Art%20150.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Artículo 189**. Señala que corresponde al Presidente de la República, suprimir o fusionar entidades u organismos. Disponível em: <http://www.dafp.gov.co/leyes/CONS_P91.htm>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Artículo 372**. Designa a la Junta Directiva del Banco de la República como autoridad cambiaria. Disponível em: <http://www.dafp.gov.co/leyes/CONS_P91.htm>. Acesso em: 06 fev. 2007.

COLÔMBIA. **Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006**: “Hacia un Estado Comunitario”. p. 238 y siguientes. Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/paginas_detalle.aspx?idp=699>. Acesso em: 10 fev. 2007.

CONFEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS DE COLOMBIA – CONFECOOP. **Sector cooperativo financiero, junio de 2007**. Disponível em: <<http://www.portalcooperativo.coop/documentos/cacjun07.doc>>. Acesso em: 24 maio 2007.

CRUZ, A. M. da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Campinas, SP : [s.n.], 2006.

DE SOUZA, A. R. **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Censo 2005**. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/censo/>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

_____. **Documentos técnicos sobre mercado laboral**. Bogotá, 2004.

Disponível em:

<http://www.dane.gov.co/files/investigaciones/empleo/mercado_lab_colombiano/analisis_informalidad_urbana.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2007.

_____. **Resultados econômicos**, 2007. Disponível em:

<http://www.dane.gov.co/index.php?option=com_content&task=category§ionid=42&id=210&Itemid=690>. Acesso em: 25 maio 2007.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. La banca de las oportunidades: una política para promover el acceso al crédito y a los demás servicios financieros buscando equidad social. **Documento Conpes No.3424**. Bogotá, 2006. Disponible en: <<http://www.fundacioncorona.org.co/publicaciones>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

FUNDACIÓN CORONA, FUNDACIÓN FORD, UNIANDES. Mejoramiento de las condiciones de acceso al crédito para microempresarios. **Documentos de trabajo No. 11**. Bogotá D.C. 2004. Disponible en:

<<http://www.fundacioncorona.org.co/publicaciones>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIRALDO, B. E. Microfinanzas en Colômbia. **Revista Debates de Coyuntura Social**, Bogotá, v. 16, jun. 2005.

GUIMARÃES, M. K.; ARAÚJO, A. T. de. **Cooperativismo**: história e doutrina. Módulos 1 e 2. 3. ed. Brasília: CONFEBRAS, 2001. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/bvartigoseconomia>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

GULLI, H. **Microfinanzas y pobreza**: son validas las ideas preconcebidas? Banco Interamericano de Desarrollo, Unidad de Microempresas, Departamento de Desarrollo Sostenible, Washington D.C., 1999. 111 p. Disponível em:

<http://www.grupobid.org/sds/publication/publication_2467_s.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007.

HAIR Jr., J. F.; BABIN, B. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471 p.

KAZMIER, L. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução por Adriano Silva Vale Cardoso. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 392 p.

KUN, D. D. **Operacionalizando os conceitos senianos: o microcrédito em Constantina /RS**. Constantina, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_eneq_mesas/Mesa%2029%20%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/Operacionalizando%20os%20conceitos%20senianos.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2007.

KWITKO, E. E. B. **Manual para formação de agentes de crédito: Programa de Crédito Produtivo Popular**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/produtos/social/images/indice.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2007.

LEONI, G.; LEONI, E. **Cadastro, crédito e cobrança**. São Paulo: Atlas, 1997.

MAES, J. **Microfinance service for very poor people: promising approaches from the field**. [s.l.:s.n.], 2006.

MONZONI, M. P. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário**. São Paulo: FGV, 2006.

NERY, M. C.; MEDRANO, A. L. **Experimentando o microcrédito: uma análise sobre o impacto do Crediamigo sobre o Acesso ao crédito**. São Paulo: FGV, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 1995. Disponível em: <<http://www.ocb.coop.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003. Disponível em: <<http://www.ocb.coop.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2007.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 192 p. (Coleção prazer em conhecer, v. 1).

PINHEIRO, M. **Cooperativa de crédito: história da evolução normativa do Brasil**. 4. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2007.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. O pensamento cooperativo e o cooperativismo Brasileiro. In: **Manual de cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1982. v. 1, 272 p.

_____. **Educação cooperativista**. São Paulo: Sescop, 2001.

_____. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. 357 p.

PORTAL DO MICROCRÉDITO, 2005. Disponível em: <<http://www.portaldomicrocredito.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

PRADO, MILLER; GONZÁLEZ. **El reto de las micro finanzas en América Latina**: la visión actual. Caracas: Corporación Andina de Fomento, 2002.

ROBY, Y. **As caixas populares alphonse desjardins – 1900-1920**. Tradução por Carlos Potiara Castro. Brasília: CONFEBRAS, 2001.

ROSA, A. L. T. da. **Microcrédito**: Possibilidades e limitações. Fortaleza: Universidade Federal do Ceara, 1998. Texto para discussão n.º 172.

ROSALES, R. **Marco jurídico para as instituições de microcrédito**: Seminário Internacional BNDES de Microfinanças. Rio de Janeiro, maio de 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/05marco.exe>>. Acesso em: 26 jan. 2007.

SEBRAE. **Fundamentos Básicos de Microcrédito**. Programa SEBRAE de Apoio ao segmento de Microcrédito. [s.l.:s.n.], 2001.

_____. Pequenas empresas: quem apóia esta idéia? **Revista Sebrae**, n. 11, nov./dez. 2003.

_____. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**: diagnósticos e perspectivas. Brasília: Ed. Sebrae, 2004.

_____. **Microcrédito**, 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 04 set. 2006.

SILVA, P. W. **Avaliação de desempenho de cooperativas de crédito Rural baseada no uso do balanced scorecard**: uma proposta de modelo. Florianópolis: UFSC, 2002. 81 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

SILVEIRA, A. F. **Microcrédito na região metropolitana do Recife**: experiência empreendedora do CEAPE. Pernambuco: UFP, 2005.

SINGER, H.; ANSARI, J. **Países ricos e países pobres**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., 1979.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 193-218.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. C. M. de. **Taxa de juros em operações de microcrédito**: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca/artigo_mesquita.pfd>. Acesso em: 27 mar. 2007.

SOUZA, N. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STALLINGS, B. **Financiamiento para el Desarrollo**: América Latina desde una perspectiva comparada. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?/colombia/noticias/paginas/5/7555/P7555.xml&xsl=/xs>>. Acesso em: 24 mar. 2007.

TRIOLA, M.F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Tradução por Vera Regina Lima de Faria e Flores. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 656 p.

VENTURA, E. C. **A evolução do crédito da Antigüidade aos dias atuais**. Curitiba: Juruá, 2000.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005a.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005b.

YIN, R K . **Case study research, design and methods**. 3rd ed. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 2003.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000. 343 p.

ZEA, C. **As microfinanças e o supervisor financeiro**. San Salvador- el Salvador: Superintendência Financeira de Colômbia, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro utilizado para as entrevistas

AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COMO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ENTREVISTADO

Primeiramente, gostaria de agradecer a sua colaboração e caso o Sr.(a) deseje receber maiores informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato conosco na Universidade Federal de Viçosa.

Por se tratar de pesquisa científica, informamos que seu nome não será divulgado. Entretanto, gostaríamos de que o Sr.(a) disponibilizasse alguns dados para que possamos contactá-lo (a), caso seja necessária a complementação de alguma informação.

Nome: _____
Cargo na cooperativa: _____
Telefone de contato: _____ E-mail: _____
Data da entrevista: _____ / _____ / 2007.

Parte I: CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

1. Em que ano a cooperativa iniciou suas atividades?
2. Qual é o número total de empregados que a cooperativa tem?
3. Qual é o número total de associados e qual o seu perfil?
4. Quais são as operações bancárias que a cooperativa trabalha?
5. Além do microcrédito, que outras operações de crédito realiza a cooperativa?
6. Quais são os recursos disponíveis para as operações do crédito?
7. Qual é o número de operações de crédito e o volume de recurso emprestado em novembro de 2007?
8. Qual o percentual estimado de inadimplência em relação ao total emprestado e quais as estratégias da cooperativa para minimizar as perdas com inadimplentes?
9. Como é feita e que se tem em conta para a concessão e distribuição dos créditos?
10. A cooperativa tem parcerias com outras instituições?
11. Com quais programas do governo trabalham a cooperativa?

Parte II: MICROCRÉDITO

1. Qual o volume emprestado para o microcrédito?
2. Qual é a taxa de juros, prazos e taxas praticados no empréstimo de microcrédito?
3. Quais são as exigências documentais e garantias solicitadas ao tomador do crédito?
4. Quais são as finalidades dos empréstimos de microcrédito?

5. Que tipo de assistência e como ela é oferecida ao empreendedor?
6. Qual é o percentual de inadimplência em relação ao total emprestado e quais são os prejuízos que traz?
7. Com quais instituições a cooperativa tem parceria para a oferta de microcrédito?
8. Qual linha de microcrédito utiliza a cooperativa?
9. Como contribui o microcrédito para as pessoas tomadoras do crédito?
10. De que forma o microcrédito impacta na produção, geração de emprego e renda?
11. Quais são os principais problemas que o microcrédito enfrenta, em sua opinião?
12. Quais são as principais vantagens do microcrédito?

APÊNDICE B – Questionário utilizado para coleta de dados

O CRÉDITO COMO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ENTREVISTADO

Por se tratar de pesquisa científica, informamos que seu nome não será divulgado. Entretanto, gostaríamos de que o Sr.(a) disponibilizasse alguns dados para que possamos contactá-lo(a), caso seja necessária a complementação de alguma informação.

Nome: _____

Telefone de contato: _____ E-mail: _____

Data da realização de questionário: ____ / ____ /2007.

Parte I - Caracterização do Negócio
--

1. Você têm algum tipo de negócio ou empreendimento na atualidade: Sim ____ Não ____

2 - Ramo de atividade da empresa

() Indústria

() Comércio

() Agricultura

() Prestação de serviços

3- Atividade

() Leite

() Venda de roupa

() Oficina mecânica

() Gado

() Confeccões

() Padaria

() Café

() Porcicultura

() Outro. Qual? _____

() Lanchonete

() Restaurante

4 - Cidade sede da empresa: _____

5 - Nº de sócios do negócio: _____

6 - Nº. total de empregados ao início do negócio: _____

7 - Nº. total de empregados na data atual: _____

8 - Nº de empregados com carteira assinada na atualidade: _____

9 - Quais o tempo de existência da empresa, em anos:

Menos de 5 anos () De 5 a mais anos ()

10 - A contabilidade da empresa é efetuada por:

() Contador da empresa

() Escritório de Contabilidade (terceirizado)

() Não é efetuada

() Efetuada pelo dono

11 - Qual foi o faturamento médio (total de vendas) de sua empresa durante o ano de 2006?

Menor de 120.000,00 ()

120.000,01 a 240.000,00 ()

240.000,01 a 360.000,00 ()

360.000,01 a 480.000,00 ()

480.000,01 a 600.000,00 ()

12 - Você teve acesso a crédito ao iniciar seu negócio: Sim () Não ()
Por quê? _____

13 - Se teve acesso ao crédito, ao iniciar o negócio, a qual instituição você recorreu?
() Agiota
() Cooperativa de crédito
() Banco tradicional
() Familiares
() Outro _____

14 - Qual a frequência que o seu negócio recorre a empréstimo?
() 2 vezes/ ano () 1 vez/ ano () Nunca

Parte II – Dados do Principal Dirigente
--

15 – Sexo: Feminino () Masculino ()
16 – Idade: _____
17 - Tempo de experiências na atividade empresarial, em anos: _____
18 – Escolaridade do dirigente:
() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo
() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
() Pós-Graduação

Parte III – Situação Financeira Atual do Negócio

19 – Quando ocorrem dificuldades financeiras de curto prazo, em ordem, quais são as três fontes às quais o Sr.(a) recorre (marque 1ª, 2ª e 3ª):

() Reservas pessoais () Capital de giro
() Cheque especial () Empréstimo
() Agiota () Amigos
() Desconto de duplicatas () Outros _____

20 – Em caso de necessidade de empréstimo em valor abaixo de R\$10.000,00, a qual fonte o Sr.(a) recorreria?

() Banco tradicional
() Cooperativa de crédito
() Agiota
() Outro _____

21 - Em sua opinião, quais os principais problemas que afetam mais diretamente a sua empresa? (marque 1ª, 2ª e 3ª):

() Juros altos () Concorrência
() Falta de capital para investimento () Falta de capital de giro
() Aumento da inadimplência () Carga tributária
() Tecnologia () Custo elevado de mão-de-obra
() Comercialização () Outras _____

Parte IV - Caracterização do empréstimo de microcrédito na cooperativa

Com relação ao último empréstimo de microcrédito, responda:

- 22 – Qual o montante solicitado? R\$ _____
- 23 - Qual a taxa anual de juros paga? _____
- 24 - Comparando a taxa anual paga com a taxa de mercado, você a consideraria:
 Inferior Próxima Superior
- 25 - Qual o tempo de carência do empréstimo, em meses? _____
- 26 – Qual a duração do empréstimo, em meses? _____
- 27 - Quais as garantias exigidas pelo empréstimo?
 Nenhuma Avalista
 Aval solidário* Alienação de bem*
 Hipoteca Não exigido
- * Aval solidário: grupo de pessoas solidárias com a obrigação.
 * Alienação de bem: quando o bem é dado como garantia até o pagamento.
- 28 – Quais as principais finalidades para uso do empréstimo/financiamento?
 Formação de capital de giro Quitação de dívida
 Formação/ampliação de estoques Ampliação/melhoramento da instalação
 aquisição de bem de informática aquisição de veículo utilitários
 Investimento no processo de venda Pagamento de mão-de-obra
 Pagamento de impostos e encargos Treinamento de pessoal
 Divulgação/marketing Outros. Especificar: _____
- 29 – Qual o nível de dificuldade para o pagamento do empréstimo/financiamento?
 Muito fácil Fácil Normal Difícil Muito difícil
- 30 – O empréstimo concedido atendeu às suas necessidades e expectativas?
 Atendeu Não atendeu Atendeu parcialmente
- 31 - Por que atendeu às suas necessidades?
 O valor concedido foi menor que o solicitado
 As prestações não coincidiram com a sua capacidade de pagamento
 Outros: _____
- 32 – Você recebeu alguma orientação antes de tomar este empréstimo?
 Nenhuma
 De profissional da área
 De amigos e parentes
 Outra: _____
- 33 – A orientação que teve foi necessária para decidir a tomar o crédito? Sim ___ Não ___

Parte V -

Cooperativa de Crédito e desenvolvimento

- 34 – O Sr. é filiado à cooperativa há quanto tempo (ano):
 1 ano () 2 anos () 3 anos () 5 anos () Acima de 5 anos ()
- 35 – O microcrédito oferecido pela cooperativa tem atendido às suas necessidades de crédito?

Sim Não Em parte

36 – De que maneira o microcrédito tem contribuído para o desenvolvimento econômico de seu negócio?

Melhoramento e ampliação Melhora na produção
Capital de giro Geração de renda
Manutenção do negócio Não contribui
Outro

37 – A cooperativa fornece apoio gerencial, assistência técnica ou auxilia a gestão de seu negócio?

Sim Não

38 – Como é realizado esse apoio ou assistência?

Visitas à propriedade Assistência ou orientação
Reuniões Outros
Cursos de capacitação

39 – Como o Sr.(a) avalia o microcrédito concedido pela CREDIMUR:

- Muito melhor que o crédito da praça
- Melhor que o crédito da praça
- Igual ao crédito da praça
- Pior que o crédito da praça
- Muito pior que o crédito da praça

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 2002

Contatos

Coordenador: Adriel Rodrigues de Oliveira – UFV – Tel. 3899-1597
Pesquisador: Tânia Margarita Mackenzie Torres
Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Administração
Campus Universitário s/n – 36570-000 Vicosa-MG Cep: 36.571.000